



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 - SRP

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA

**SESSÃO DE ABERTURA
DIA 08/07/2026 ÀS 09:00 HORAS**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO nº 011/2026 - SRP

PROCESSO nº 2026-PLVL2

TIPO: Menor preço por item

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU - ES**, inscrito no CNPJ sob o nº 27.167.451/0001-74, **UASG 985653**, por meio do Setor de Licitações, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento de quantos possam se interessar, que na data, horário e local abaixo assinalado, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA**, pelo modo de disputa **ABERTO**, com o critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM**, que será regido nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº 11.150/2024, de 18 de abril de 2024 (que regulamenta o Sistema de Registro de Preços) e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie e, ainda, e acordo com as condições estabelecida neste Edital e seus anexos.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

O procedimento do Pregão Eletrônico será realizado por meio de sessão pública no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

NÚMERO DO CERTAME NO COMPRASGOV: 90011

CÓDIGO DA UASG: 985653

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 09:00 horas do dia 08/07/2026

MODO DE DISPUTA: ABERTO

REFERÊNCIA DE TEMPO: para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília-DF.

Todos os documentos de habilitação e a Proposta Comercial (ANEXO II) devem ser inseridos no sistema após a sessão pública de disputa.

Como condição para participação na sessão pública, os licitantes devem inserir os dados da proposta inicial no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

Em caso de eventual diferença entre a(s) especificação(ões) do objeto descritas no “Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)” e as especificações constantes neste edital de pregão eletrônico, prevalecerão as últimas especificações.

O edital e outros anexos estão disponíveis da seguinte forma:

a) Para download de forma gratuita nos endereços abaixo:

<https://www.itaguacu.es.gov.br/licitacoes>;

<http://itaguacu-es.portaltp.com.br/consultas/compras/licitacoes.aspx>;

<https://www.gov.br/compras>;

b) Para consulta gratuita na sala de licitações na Sede da Prefeitura Municipal de Itaguaçu - ES, sito à Rua Vicente Peixoto de Mello, nº 08, Centro, Itaguaçu – ES, CEP 29.690-000, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira das 7h30min às 16h00min, período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

1. DO OBJETO



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

1.1. O objeto da presente licitação é a obtenção de proposta mais vantajosa visando o Registro de Preços para a aquisição de materiais de limpeza e produção de higienização, materiais de copa e cozinha, materiais de acondicionamento e embalagem, e outros materiais de consumo para uso das Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito.

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

2.1. As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão à conta da respectiva dotação orçamentária constante do **item 11**, do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.2. O valor máximo aceitável para a presente licitação é proveniente dos valores unitários e totais de pesquisa de mercado, resultante do levantamento de preços a ser realizado pelo Setor de Compras, sendo:

Lote	Especificação	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	Lote 00001 ESCOVA DE UNHA 12 X 8 X 1.8 CM para limpeza das unhas com cerdas de nylon macias que limpam suas unhas ou sua pele proporcionando uma massagem revigorante e refrescante. cabo anatômico em pvc de alta resistência e durabilidade. dimensões do produto 12 x 8 x 1.8 cm; 12 g	50,000	3,660	183,00
00002	Lote 00002 AGUA SANITARIA A BASE DE HIPOCLORITO DE SODIO, 5L destinado à limpeza, branqueamento e desinfecção em geral de superfícies e tecidos, com teor de cloro ativo entre 2,0% pp e 2,5% pp, deverá constar no rótulo, de forma clara, data de fabricação (mês e ano), prazo de validade (dia, mês e ano), registro no ministério da saúde, nome do responsável técnico com número de inscrição no conselho regional de farmácia ou de química, dados do fabricante ou importador (razão social, cnpj, endereço atualizado), quantidade, modo de usar, composição química detalhada, ingrediente químico ativo, forma de conservação e armazenamento, advertência para reutilização da embalagem, precauções, classe toxicológica (se houver), conduta em caso de acidentes e telefone de um centro de toxicologia, validade de no mínimo 06 (seis) meses a contar na data da entrega. não poderá conter em sua composição soda cáustica.	1.300,000	13,300	17.290,00
00003	Lote 00003 AMACIANTE amaciante para roupas: o produto é indicado para processos de lavagem de roupas, em lavanderias de hospitais, clínicas, restaurantes, hotéis, motéis, pousadas, indústrias, frigoríficos, lavanderias industriais e comerciais em geral. devido à sua concentração, o produto é utilizado em pequenas dosagens, proporcionando agradável perfume e eficiência no amaciamento das roupas, facilita a remoção de água na centrifugação, calandragem e passadoria. galão de 50 litros.	100,000	158,690	15.869,00
00004	Lote 00004 AMACIANTE LIQUIDO a base de composto quaternário de amônio, com acao anti-mofo, perfume suave, embalagem frasco plastico de 2 litros, contendo marca, identificacao do produto.	2.000,000	16,290	32.580,00
00005	Lote 00005 BALDE PLASTICO, CAPACIDADE 12 LITROS, NA COR PRETA polietileno de alta densidade (pead), alta resistencia a impacto, paredes e fundo reforçados, reforço no encaixe da alca, alca em aco 1010/20 zincado, contendo marca, identificacao do produto.	200,000	14,360	2.872,00
00006	Lote 00006 BOBINA PLASTICA PICOTADA, 30X40CM, 5L, 500 UNIDADES	10,000	32,220	322,20
00007	Lote 00007 CAIXA ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVAS PLÁSTICO INCOLOR MEDIDAS APROXIMADAS .36,5X40,3X55,5CM capacidade 56l	20,000	68,810	1.376,20



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

00008	Lote 00008 CAIXA ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVAS PLÁSTICO INCOLOR MEDIDAS APROXIMADAS 40,1X45,3X63,5CM capacidade 76 litros	10,000	119,140	1.191,40
00009	Lote 00009 CAIXA PLÁSTICA EM POLIETILENO (PEAD) 40 LITROS COM TAMPA E TRAVA NA TAMPA medidas externas aproximadas: altura: 28cm, largura: 37cm, comprimento: 53cm . medidas internas aproximadas: altura: 26,5cm, largura: 33cm, comprimento: 46cm, capacidade: 40 litros, peso: 1,900kg	10,000	81,470	814,70
00010	Lote 00010 CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA 25 LITROS COM TAMPA E TRAVAS medidas externas aproximadas: comprimento 59,5cm, largura 38cm e altura 17,5 cm	10,000	51,420	514,20
00011	Lote 00011 CALDEIRAO TIPO HOTEL 33 LITROS em aluminio. com tampa e duas alÇas	10,000	205,120	2.051,20
00012	Lote 00012 CALDEIRAO TIPO HOTEL 40-46 LITROS em aluminio. com tampa e duas alÇas	4,000	247,970	991,88
00013	Lote 00013 CANECAO EM ALUMINIO canecaO capacidade aproximada de 3,5 litros - alumínio produto fabricado no melhor padrÃo de qualidade, com alumínio 100% puro. alÇas que proporcionam muita seguranÇa para o manuseio. informaÇões técnicas material revestimento interno alumínio. revestimento externo alumínio. pegador: - baquelite; - alumínio; - anatômico; - proporciona seguranÇa.	50,000	31,650	1.582,50
00014	Lote 00014 CESTO PARA LIXO COM PEDAL capacidade 14 litros, formato cilindrico, em polietileno, de alta densidade, na cor branca, com tampa, resistente a impacto, paredes e fundo reforçados, embalagem contendo marca, identificacao do produto.	100,000	27,950	2.795,00
00015	Lote 00015 CLORO LIQUIDO embalagem frasco plastico de 2 lt, contendo marca, identificacao do produto.	1.000,000	5,940	5.940,00
00016	Lote 00016 COLHER DE ARROZ EM ACO INOX - tamanho mínimo: 20x85x290mm	40,000	11,490	459,60
00017	Lote 00017 COLHER DESCARTAVEL PARA REFEICAO pacote com 50 unidades. em material descartável e resistente. tamanho mínimo 18cm.	150,000	6,970	1.045,50
00018	Lote 00018 COLHER GRANDE EM ACO INOXIDAVEL, DE QUALIDADE COM CABO ANATOMICO E ANTITERMICO tamanho aproximado: 30,5 x 6cm	100,000	12,090	1.209,00
00019	Lote 00019 COLHER SOBREMESA DESCARTÁVEL - fabricadas em poliestireno 100% virgem; apresentável, prático e econômico. pacote com 50 und. tamanho mínimo 12,5cm.	150,000	4,250	637,50
00020	Lote 00020 CONCHA DE INOX TAMANHO MEDIO para feijão/sopa. tamanho mínimo 28cm.	10,000	20,610	206,10
00021	Lote 00021 COPO DESCARTAVEL 200ML copo descartável, para Água, capacidade de 200ml, alta resistência, resina termoplástica, não tóxica, branco leitoso, isento de materiais estranhos, bolhas, e rachaduras, normatizado pela abnt, pacote com 100 unidades, contendo marca, identificação do produto.	10.000,000	38,310	383.100,00
00022	Lote 00022 COPO DESCARTAVEL 50ML em plastico, descartavel, alta resistência, resina termoplastica, nao toxica, branco, isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformacoes, bordas afiadas e rebarbas. pacote contendo 100 unidades, padrao abnt, contendo marca, identificacao do produto.	600,000	3,660	2.196,00
00023	Lote 00023 COPO VIDRO AMERICANO - 190ml	244,000	1,350	329,40



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

00024	Lote 00024 CREME CONTRA ASSADURAS 3 EM 1 com ingredientes essenciais em uma fórmula que ajuda a prevenir as assaduras. embalagem disponível em bisnaga de no mínimo 40g.	60,000	14,880	892,80
00025	Lote 00025 CREME DENTAL 90 GR com mínimo de 1.500 ppm de fluor, ação bacteriana, embalagem bisnaga com 90 gr, contendo marca, identificação do produto.	90,000	4,640	417,60
00026	Lote 00026 CREME PARA CABELO 1 para massagem, composição a base de lanolina, babosa e pessego, embalagem pote com 1 kg, contendo marca, identificação do produto.	90,000	18,300	1.647,00
00027	Lote 00027 COADOR DE CAFÉ DE PANO TAMANHO - FEITO 100% EM ALGODÃO com aro de polipropileno e cabo de madeira; aro com 22 cm de diâmetro; industrial; medidas: diâmetro do aro: 22 cm ; profundidade 24cm; comprimento do cabo: 10cm.	100,000	8,210	821,00
00028	Lote 00028 DESINFETANTE LIQUIDO PARA USO GERAL ação bactericida e germicida, fragrância lavanda, embalagem frasco plástico com 2 lt, contendo marca, identificação do produto.	2.000,000	7,120	14.240,00
00029	Lote 00029 DESODORIZADOR DE AMBIENTE, TIPO AEROSOL emulsificante, fragrância conservante, propelentes e veículo. lavanda perfuma o ambiente e elimina odores. neutralizador de odores. 360ml /300g. data de validade, fabricação e lote impressos na embalagem.	300,000	10,640	3.192,00
00030	Lote 00030 DETERGENTE LIMPA PEDRAS Ácido para remover sujeiras inorgânicas, encardidos de terra, excesso de rejuntas e calcificações. características físico químicas aspecto: líquido cor: preto acidez: 3,5 – 4,8 ml de naoh 0,2n composição Ácido sulfônico, adjuvante, coadjuvante, corante e veículo, embalagem frasco plástico com 2lt contendo marca e identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	50,000	17,140	857,00
00031	Lote 00031 DETERGENTE NEUTRO 500 ML - glicerina coadjuvantes, conservantes sequestrantes, espessante e veículo, corante, controlador de ph, tensoativos aniônicos, fragrância e água. componente ativo: linear alquil benzeno sulfonato de sódio, lauril éter, tensoativo biodegradável. informação adicional: detergente excelente na remoção de gorduras e sujeiras das louças. validade a partir de um ano da data de entrega. data de fabricação e lote impressos na embalagem.	10.000,000	2,030	20.300,00
00032	Lote 00032 EMBALAGEM DE ALUMÍNIO DESCARTÁVEL NO FORMATO REDONDO. capacidade de 1120ml com tampa de cartão aluminizado ideal para colocar comida em porção Única, tamanho 21,5 x a 6,5cm caixa com 100 unidades	5,000	59,990	299,95
00033	Lote 00033 ESCOVA PARA CABELO base de madeira, cerdas em material sintético, tamanho médio. embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	20,000	16,000	320,00
00034	Lote 00034 ESCOVA PARA LIMPAR CANTOS REJUNTE LIMPEZA PISO BANHEIRO. acessório com cerdas de nylon duro indicado para limpeza de rejunte e cantos sem danificar o revestimento. ponta raspadora para sujeiras mais difíceis. características: material: estrutura plástica resistente de longa duração. tamanho: 26 cm de altura x 2,5 cm de largura	200,000	15,750	3.150,00
00035	Lote 00035 ESCOVA PARA LIMPEZA com cerdas em nylon, base de madeira, dimensões 13 cm x 6 cm x 1cm. embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	400,000	11,120	4.448,00
00036	Lote 00036 ESCOVA PARA LIMPEZA DE VASO SANITÁRIO em nylon, com suporte plástico. embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante.	200,000	9,960	1.992,00
00037	Lote 00037 ESCUMADEIRA GRANDE EM MATERIAL AÇO INOX - tamanho mínimo 31cm.	40,000	18,960	758,40



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

00038	Lote 00038 ESPONJA DE LA DE ACO CARBONO ABRASIVO para limpeza em geral. embalagem: pacote com 8 unidades, peso liquido nao inferior a 50 gramas, marca do fabricante, data de fabricacao e prazo de validade.	500,000	6,780	3.390,00
00039	Lote 00039 ESPONJA PARA BANHO em espuma de poliuretano, comprimento minimo 11 cm e maximo 13 cm x largura minima 6 cm e maxima 10 cm x altura minima 2 cm e maxima 5 cm, embalagem contendo marca, identificacao do produto.	1.200,000	8,600	10.320,00
00040	Lote 00040 ESPONJA SINTETICA, DUPLA FACE um lado em espuma poliuretano e outro em fibra sintetica abrasiva, dimensoes 100 x 70 x 20 mm, com variacao de +/- 10 mm. embalgem com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.	3.500,000	4,460	15.610,00
00041	Lote 00041 ESPONJA INOX para utensílios de alumínio, embalagem unitária, para limpeza de sujeiras pesadas, resistente não solta farpas e não enferruja.	400,000	2,340	936,00
00042	Lote 00042 FIBRA LIMPEZA MACIA NA COR BRANCA: composiÇÃO manta NÃO-tecido de fibras sintÉTicas, unidas atravÉS de resina de alta resistÊNCIA. limpeza leve, em superfícies de fÓrmica, porcelana, cristal, prataria, vidro e acrílico. dimensÃO: 100mmx260mm validade indeterminada. pacotes com 10 fibras, na cor branca.	100,000	21,700	2.170,00
00043	Lote 00043 FIBRA LIMPEZA MACIA NA COR VERDE: composiÇÃO manta NÃO-tecido de fibras sintÉTicas, unidas atravÉS de resina de alta resistÊNCIA. limpeza leve, em superfícies de fÓrmica, porcelana, cristal, prataria, vidro e acrílico. dimensÃO: 100mmx260mm validade indeterminada. pacotes com 10 fibras, na cor verde	150,000	21,380	3.207,00
00044	Lote 00044 FLANELA 100% ALGODAO - 38CM X 58CM bordas overloqueadas em linhas de algodao, dimensoes 38 x 58 cm, na cor amarela, para uso geral. embalgem com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.	1.200,000	2,600	3.120,00
00045	Lote 00045 FOSFORO CONTENDO NO MINIMO 40 PALITOS embalagem: pacote com 10 caixas. - material com o selo do inmetro. embalagem com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.	500,000	3,440	1.720,00
00046	Lote 00046 FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL - TAMANHO EG/XG característica: descartáveis, higiênicas, atóxicas, formato anatômico, barreiras antivazamentos, fitas adesivas laterais, sistema de absorção concentrada por gel, prazo de validade não inferior a 2 anos.	10.000,000	12,990	129.900,00
00047	Lote 00047 FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL - TAMANHO G característica: descartáveis, higiênicas, atóxicas, formato anatômico, barreiras antivazamentos, fitas adesivas laterais, sistema de absorção concentrada por gel, prazo de validade não inferior a 2 anos.	10.000,000	15,210	152.100,00
00048	Lote 00048 FRIGIDEIRA ANTIADERENTE 30CM	30,000	58,860	1.765,80
00049	Lote 00049 FRIGIDEIRA EM COM REVESTIMENTO INTERNO ANTIADERENTE resistente À abrasÃO. medindo aproximadamente 40 cm de diÂmetro	20,000	149,370	2.987,40
00050	Lote 00050 GARFO DE MESA EM MATERIAL AÇO INOX com no mínimo 18,70 cm	200,000	4,130	826,00
00051	Lote 00051 GARFO DESCARTAVEL PARA REFEICAO REFORCADO, CINZA, GRANDE composiÇÃO: poliestireno e pigmentos atoxicos. pacote lacrado com 50 unidades.	150,000	5,110	766,50
00052	Lote 00052 GARFO DESCARTAVEL PLASTICO PARA SOBREMESA contendo 50 unidades cada, com tamanho aproximado a 13 centímetros.	200,000	3,150	630,00
00053	Lote 00053 GARRAFA DE CAFE GARRAFA TÉRMICA 2,0L INOX alÇA embutida, pega confortÁvel e sensaÇÃO de estabilidade. possui "puxador" intuitivo para abrir a alÇA. botÃO de acionamento de aço inox. sistema corta – pingos, evita as gotas indesejadas apÓS o servir. acabamento texturizado fingertip free, evitando marcas.	30,000	118,470	3.554,10



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

	sistema de trava embutida de fácil acionamento. corpo externo de aço inox e ampola de vidro. ampola de vidro para reposição: 61641/900. características: garrafas térmicas de mesa, seguindo os padrões constantes na norma brasileira para garrafas térmicas – nbr 13282 e conforme a versão atualizada emitida pela abnt – associação brasileira de normas técnicas. 1 ano (90 dias de garantia legal acrescidos 09 meses da garantia contratual) para vícios ou defeitos de fabricação. altura 31,2 cm largura 12,8 cm comprimento 14,8 cm peso 830 gr			
00054	Lote 00054 GARrafa INOX Térmica 1 L garrafa térmica de bomba com exclusivo sistema que não pinga, seu exterior em inox possui uma camada protetora de verniz que evita possíveis manchas, apresenta conservação térmica que garantirá líquidos quentes ou frios por muito mais tempo. dimensões aproximadas do produto. 14,4 x 11,8 x 31,3 cm; 751 g	50,000	72,230	3.611,50
00055	Lote 00055 GARrafa Térmica 12L isotérmico, maxitérmico, de 12 litros, em pu (poliuretano), na cor vermelha - com torneira	10,000	214,770	2.147,70
00056	Lote 00056 GARrafa Térmica 5 Litros modelo rolha, com alça e tampa, corpo revestido em plástico contra impacto, capacidade 05 litros. produto com etiqueta contendo dados de identificação do produto e marca do fabricante.	30,000	134,970	4.049,10
00057	Lote 00057 GEL PARA COBATE DE BARATAS É uma isca em gel altamente atrativa, sem cheiro, desenvolvido para o extermínio de baratas. pode ser aplicado nos mais diversos ambientes: casas, apartamentos, hospitais, cozinhas e outros. composição: indoxacarbe 0,6% p/p. coadjuvantes, desnaturante, estabilizante de emulsão, espessante e neutralizante 99,4 %p/p. aplicador com 10g.	160,000	14,100	2.256,00
00058	Lote 00058 GEL PARA COBATE DE FORMIGAS É uma isca em gel altamente atrativa, sem cheiro, desenvolvido para o extermínio de baratas. pode ser aplicado nos mais diversos ambientes: casas, apartamentos, hospitais, cozinhas e outros. composição: indoxacarbe 0,01% p/p. coadjuvantes, desnaturante, estabilizante de emulsão, espessante e neutralizante 99,9 %p/p. aplicador com 10g.	160,000	12,030	1.924,80
00059	Lote 00059 GUARDANAPO EM PAPEL ABSORVENTE folha simples, na cor branca, 4 dobras, dimensões mínimas 20 x 22 cm, 100% fibras naturais. embalagem: pacote com 50 unidades, com dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade.	2.000,000	8,630	17.260,00
00060	Lote 00060 ISQUEIRO A GAS COR ALEATORIA não recarregável. 3 x 1,5 x 8. duração longa. até 3.000 chamas	100,000	4,740	474,00
00061	Lote 00061 JOGO DE PANELA/ CONJUNTO COM 5 PANELAS EM ALUMÍNIO FUNDIDO nas numerações; 16, 18, 20, 22 e 24, alça em madeira envernizada e acompanhadas de tampa em alumínio repuxado e puxadores de madeira envernizada. panelas fundidas com alumínio de qualidade não enferrujam, mantém a temperatura do seu alimento por mais tempo. conjunto de panelas: panela nº14 - 14cm de diâmetro 0900 ml de capacidade; panela nº16 - 16cm de diâmetro 1200 ml de capacidade; panela nº18 - 18cm de diâmetro 1600 ml de capacidade; panela nº20 - 20cm de diâmetro 2600 ml de capacidade; panela nº22 - 22 cm de diâmetro 2400 ml de capacidade.	8,000	210,210	1.681,68
00062	Lote 00062 LENCOL DE CASAL KING 2,80 x 2,80 , na cor branca, composição 100 % algodão. com no mínimo 180 fios.	200,000	118,500	23.700,00
00063	Lote 00063 LIMPA ALUMÍNIO não mancha e remove sujeiras incrustadas de fogões, panelas, leiteiras e outros utensílios de alumínio. 500 ml	700,000	7,040	4.928,00
00064	Lote 00064 LIMPA PISOS - LIMPEZA PESADA - 2LTS indicado para limpeza de pisos e superfícies laváveis como: cerâmicas em geral, mármore, granilite, ardósia, e calçadas em geral. diluível em água. princípio ativo: linear alquil benzeno sulfonato de sódio. composição: tensoativo aniônico, sequestrante e anti espumante. contém tensoativo biodegradável.	800,000	14,790	11.832,00



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

00065	Lote 00065 LIMPA VIDRO LIQUIDO com pulverizador. embalagem plastica com 500 ml, com dados de identificacao do produto, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro ou notificacao na anvisa/ms.	500,000	9,050	4.525,00
00066	Lote 00066 LIMPADOR INSTANTANEO MULTIUSO removedor de gorduras, composto de tensoativo nao ionico, coadjuvantes. embalagem frasco com 500 ml, com dados de identificacao do produto, marca do fabricante, prazo de validade e registro ou notificacao no ministerio da saude.	1.600,000	3,100	4.960,00
00067	Lote 00067 LIXEIRA COM PEDAL 100L – BRANCO - descrição do produto: fabricadas em pp. pedal plástico, não havendo a necessidade de contato direto com as mãos. sua haste em metal é localizada na parte externa para evitar o acúmulo de resíduos. possui articulação com armação para segurar o saco de lixo e facilitar seu deslocamento do corpo da lixeira até que se solte com segurança. leve, atóxica e de fácil limpeza, 100% vedadas quando a tampa está fechada. modelo lixeira com pedal 100l medidas: altura: 86cm, largura: 44cm, comprimento: 58cm, peso: 4,64kg, cor: branco.	30,000	160,780	4.823,40
00068	Lote 00068 LIXEIRA COM PEDAL 50L – BRANCO descrição do produto: fabricadas em pp. pedal plástico, não havendo a necessidade de contato direto com as mãos. sua haste em metal é localizada na parte externa para evitar o acúmulo de resíduos. possui articulação com armação para segurar o saco de lixo e facilitar seu deslocamento do corpo da lixeira até que se solte com segurança. leve, atóxica e de fácil limpeza, 100% vedadas quando a tampa está fechada. = modelo lixeira com pedal 50l medidas comprimento base: 20cm largura tampa: 43cm largura base: 33cm altura: 70cm capacidade 50 litros.	10,000	103,370	1.033,70
00069	Lote 00069 LIXEIRA COM PEDAL BRANCO 30 LITROS produzido e polipropileno de alta densidade, indicado para coleta seletiva de resíduos em areas internas e externas, possui em sua fabricação compostos que protege contra raios uv. podendo ficar reexposto ao tempo sem desbotar a cor. medida aproximadamente: 47x77x40cm e capacidade de 30 litros	16,000	73,000	1.168,00
00070	Lote 00070 LIXEIRA FABRICADA EM PLÁSTICO POLIPROPILENO (PP) COM ARMAÇÃO EM AÇO CARBONO SAE 1020 GALVANIZADO. acompanha parafusos de fixação da tampa no suporte e quatro ponteiros para proteger o piso contra eventuais riscos. acionamento da tampa através de pedal para comportar lixos infectantes, para atender hospitais, postos de saúde, centros médicos. deve possuir adesivo identificador de resíduos infectantes. capacidade 100 litros.	5,000	182,650	913,25
00071	Lote 00071 LUSTRA-MOVEIS produzido à base de: Óleo mineral, Óleo vegetal, solvente mineral, solvente vegetal e aromatizante e tem efeito hidratante sobre a superfície onde é aplicado. embalagem vidro com p 200ml contendo marca e identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.	20,000	4,650	93,00
00072	Lote 00072 MANGUEIRA PARA GAS DE COZINHA com certificado do imetro	40,000	13,560	542,40
00073	Lote 00073 PA COLETORA PARA LIXO em polietileno, e lamina de borracha encaixada no corpo da pa, cabo anatomico em aluminio com dimensao de 70 cm, contendo marca, identificacao do produto.	150,000	16,850	2.527,50
00074	Lote 00074 PANELA DE PRESSAO 7 LITROS EM ALUMINIO POLIDO	20,000	106,710	2.134,20
00075	Lote 00075 PANELA DE PRESSAO EM ALUMINIO POLIDO, FECHAMENTO EXTERNO ASAS BAQUELITE capacidade de 15l, 31cm (d) x 22cm (a) testada e aprovada pelo inmetro	10,000	350,950	3.509,50
00076	Lote 00076 PANELA EM ALUMINIO FUNDIDO TIPO CACAROLA N 24 acompanha tampa. alça em madeira	20,000	52,080	1.041,60



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

00077	Lote 00077 PANELA N°32 EM ALUMINIO FUNDIDO BATIDO GROSSO diâmetro: 32 cm. capacidade: 8 litros. material: alumínio fundido batido. altura até a borda: 12,5 cm. altura até o cabo: 15 cm. espessura da panela: grossa 5mm. material dos cabos: madeira marfim envernizados. acompanha tampa: sim. material das tampas: alumínio industrial leve. material do pegador da tampa: baquelite um material especial que resiste a altas temperaturas sem esquentar. indicado para fogão: gás, lenha, etc.. super resistentes. excelente durabilidade. não quebra. não enferruja	4,000	157,620	630,48
00078	Lote 00078 PANO DE CHAO, TIPO SACO, 100% ALGODAO alvejado, bordas com acabamento em overlock, dimensoes 70 x 50 cm e peso 100 g, com variacao de +/- 5%. etiqueta com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.	400,000	6,920	2.768,00
00079	Lote 00079 PANO DE CHÃO EM MICROFIBRA no mínimo 80 x 50 centímetros, absorvente, não solta fiapos.	200,000	10,090	2.018,00
00080	Lote 00080 PANO DE PRATO ABERTO, 100% ALGODAO alvejado, sem estampa, bordas com acabamento em overlock, alta absorcao, dimensoes 75 x 45 cm e peso 70 g, com variacao de +/- 5%. etiqueta com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.	500,000	5,390	2.695,00
00081	Lote 00081 PAPEL ALUMINIO CONTENDO 30 CENTIMETROS DE LARGURA com 7,5 metros de comprimento embalados em caixa de papel com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.	230,000	5,600	1.288,00
00082	Lote 00082 PAPEL FILME C/ 30 M X 28 CM	260,000	3,750	975,00
00083	Lote 00083 PAPEL HIGIENICO FOLHA DUPLA, 30 METROS 30mtx10cm pct: 04 rolos cor: branco composição: 100% celulose	15.000,000	5,840	87.600,00
00084	Lote 00084 PAPEL TOALHA EM ROLO folha dupla absorvente, picotada, de fibras celulasicas, dimensoes 22,0 x 20,0 cm, com variacao de +/- 1 cm. embalagem com 02 rolos, contendo +/- 60 toalhas cada rolo, com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.	900,000	5,230	4.707,00
00085	Lote 00085 PAPEL TOALHA INTERFOLHADO COM 1000 FOLHAS, 03 dobras, branco, sem odor, textura com relevo sensivel ao tato (gofrado), 100% fibra celulastica virgem, nao reciclado, largura minima 23cm, comprimento minimo 26cm e maximo 27cm, gramatura minima 29g/m² embalagem: pacote com a marca do fabricante, quantidade de dobras, dimensoes, indicacao de nao reciclado, cor e lote do produto, sendo todos os dizeres na lingua portuguesa. criterios de conferencia e inspecao no recebimento: visual, por cheiro, tato e medicao.	3.000,000	30,770	92.310,00
00086	Lote 00086 PEDRA SANITARIA 40G com suporte (diversas fragancias)	350,000	1,810	633,50
00087	Lote 00087 POTE DE PLASTICODE 03 LITROS hermético retangular, fabricado em material plástico resistente, ideal para o armazenamento de refeições, frutas, biscoitos e demais tipos de alimento, podendo também ser utilizado para outras finalidades. sua qualidade permite ser levado normalmente ao microondas e freezer.possui paredes espessas e excelente resistência.	50,000	9,050	452,50
00088	Lote 00088 POTE DE PLASTICODE 05 LITROS hermético retangular, fabricado em material plástico resistente, ideal para o armazenamento de refeições, frutas, biscoitos e demais tipos de alimento, podendo também ser utilizado para outras finalidades. sua qualidade permite ser levado normalmente ao microondas e freezer.possui paredes espessas e excelente resistência.	50,000	19,990	999,50
00089	Lote 00089 POTE EM PLASTICO NO FORMATO RETANGULAR COM CAPACIDADE 7 LITROS com tampa hermética	20,000	21,440	428,80
00090	Lote 00090 PRATO DE ISOPOR, 23CM, pacote contendo 20 unidades.	200,000	17,950	3.590,00



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

00091	Lote 00091 PRATO DE VIDRO TIPO FUNDO TRANSPARENTE	400,000	8,450	3.380,00
00092	Lote 00092 PRATO DESCARTAVEL PARA SOBREMESA, conteúdo 10 unidades cada, com tamanho aproximado a 15 centímetros.	200,000	3,400	680,00
00093	Lote 00093 RODO PARA PISO COM 2 BORRACHAS - 40CM base em plastico comprimento 400 mm, cabo em madeira comprimento 1200 mm, podendo ter variacao dimensional de +/- 5 %, as borrachas deverao ultrapassar a base em no minimo 10 mm.	200,000	18,400	3.680,00
00094	Lote 00094 RODO PARA PISO COM 2 BORRACHAS - 60CM base em plastico comprimento 600 mm, cabo em madeira comprimento 1200 mm, podendo ter variacao dimensional de +/- 5 %, as borrachas deverao ultrapassar a base em no minimo 10 mm.	200,000	17,320	3.464,00
00095	Lote 00095 SABAO DE COCO, A BASE DE OLEO DE COCO embalagem: pacote com 1 kg, contendo 5 tabletes de 200 g cada com dados de identificacao do produto, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no ministerio da saude.	400,000	21,600	8.640,00
00096	Lote 00096 SABAO EM BARRA, MULTI-USO para limpeza em geral, biodegradavel. embalagem com 5 unidades de 200 g cada, com nome dados de identificacao do produto, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade, registro ou notificacao na anvisa/ministerio da saude.	500,000	6,470	3.235,00
00097	Lote 00097 SABONETE LIQUIDO CREMOSO de fragancia agradavel, hidratante. embalagem com bico para facil manuseio : com 500g, com dados de identificacao do produto, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro ou notificacao na anvisa/ministerio da saude.	400,000	8,570	3.428,00
00098	Lote 00098 SABONETE LIQUIDO EMBALAGEM 05 LITROS com formulação cuidadosamente balanceada, destinada a limpeza suave das mãos e do rosto e que não agride a pele. fragancia de erva doce, ph neutro, aparencia liquido perolado, odor perfumado, pronto para usar, sem diluir	300,000	21,410	6.423,00
00099	Lote 00099 SABONETE LÍQUIDO INFANTIL PARA BANHO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM FRACO DE 200 ML hipoalergênico, atóxico, com perfume suave, contendo impressa a validade, os dados do produto, do fabricante e registro da anvisa	400,000	18,950	7.580,00
00100	Lote 00100 SACO LIXO ROLO 30 LITROS P/ LIXO classe i em resina termoplastica virgem ou reciclada largura 59 cm podendo variar +/- 1 0 cm altura minima de 62 cm capacidade nominal para 30 litros. embalagem: pacote com 50 unidades a embalagem devera informar a marca do fabricante dimensoes do saco quantidade e os dizeres manter fora do alcance de criancas uso exclusivo para lixo e saco nao adequado a conteudos perfurantes o produto devera atender normas abnt nbr 9191 sobretudo no que diz respeito aos metodos de ensaio: condicionamento medidas resistencia ao levantamento resistencia a queda livre verificacao da estanqueidade resistencia de filmes a perfuracao estatica determinacao da capacidade volumetrica e verificacao da transparencia e certificado pelo inmetro	2.500,000	7,550	18.875,00
00101	Lote 00101 SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS HOSPITALARES/INFECTANTES CAPACIDADE 30 LITROS constituido de polietileno em alta densidade (pead) virgem, oferecendo uma perfeita resistencia mecanica e proporcionando a opacidade necessaria a aplicaçãO. a solda do fundo É de tipo estrela, contínua, homogenea e uniforme vedado completamente e não permitindo a perda do conteudo durante o manuseio, de acordo com a norma tecnica 9191, diminuindo assim o risco de contaminação ou infecção das areas por onde circula o material utilizado na fabricaÇÃO É virgem e de alta qualidade, gerando um produto compativel com outros padrões da abnt e do ipt (instituto de pesquisas tecnologicas), pacote com 100 unidades.	800,000	20,740	16.592,00



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

00102	Lote 00102 SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALARES/INFECTANTES CAPACIDADE DE 50 LITROS constituído de polietileno em alta densidade (pead) virgem, oferecendo uma perfeita resistência mecânica e proporcionando a opacidade necessária a aplicação. a solda do fundo é de tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedado completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a norma técnica 9191, diminuindo assim o risco de contaminação ou infecção das áreas por onde circula o material utilizado na fabricação é virgem e de alta qualidade, gerando um produto compatível com outros padrões da abnt e do ipt (instituto de pesquisas tecnológicas), pacote com 100 unidades.	200,000	21,260	4.252,00
00103	Lote 00103 SACO PLASTICO PARA LIXO 100 LITROS - PAREDE DUPLA confeccionados em plástico reciclado, cor preta, reforçado, alta resistência. a embalagem deverá conter dados do fabricante ou importador, quantidade, composição química detalhada, conduta em casos de acidentes, conforme especificações estabelecidas pela norma nbr 9191 da abnt. medindo no mínimo 750mm de largura, 900mm de altura e 0,095mm de espessura (parede dupla). pacote com 100 unidades.	4.000,000	45,420	181.680,00
00104	Lote 00104 SACOLA PLASTICA, LISA E TRANSPARENTE 5 KG para embalagem capacidade 5 kg alta densidade dimensão 35 cm x 50 cm micragem 3 embalagem: rolo com no mínimo 500 unidades contendo a identificação do produto como marca do fabricante e dimensões	250,000	86,940	21.735,00
00105	Lote 00105 SAPONACEO EM PO, COM CLORO embalagem com 300 g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação prazo de validade.	200,000	5,500	1.100,00
00106	Lote 00106 SAPONACEO LIQUIDO cremoso; composto por linear alquilbenzeno; sulfato de sódio; iônico; alcalinizante; abrasivo; essencial Água; embalagem: frasco plástico e opaco de 300ml	500,000	3,790	1.895,00
00107	Lote 00107 SHAMPOO PARA USO INFANTIL, COM PH BALANCEADO - 350ML em embalagem de 350 ml. não provoca ardência nos olhos. para uso em crianças de 06 meses acima. com perfume delicado. aprovado pela anvisa.	400,000	13,450	5.380,00
00108	Lote 00108 TOALHA DE BANHO NA COR BRANCA COM COMPOSICAO DE 90% A 100% ALGODAO com aproximadamente 70 cm (l) x 130 cm (c) gramatura em torno de 380g/m²	500,000	27,300	13.650,00
00109	Lote 00109 VASSOURA CERDAS EM NYLON base retangular em madeira largura 250 mm, cabo em madeira comprimento 1100 mm, variação dimensional de +/- 5%, com ponteira plástica rosqueável. embalagem contendo a identificação do produto como marca do fabricante e dimensões	140,000	16,810	2.353,40
00110	Lote 00110 VASSOURA CERDAS EM PIACA base retangular em madeira largura 220 mm, com 22 furos, cabo em madeira comprimento 1100 mm, variação dimensional de +/- 5%, embalagem contendo a identificação do produto como marca do fabricante e dimensões	500,000	14,630	7.315,00
00111	Lote 00111 VASSOURA DE MELGA (sorgo), reforçada, formada pela junção de três ou mais fardos de sorgo (cada fardo deve conter mais de 15 pendões), cortes das sobras (acabamento) 5 cm acima do último amarrado.	330,000	36,380	12.005,40
00112	Lote 00112 VASSOURA EM PELO base retangular largura 300 mm, cabo em madeira comprimento 1100 mm, variação dimensional de +/- 5%, com ponteira plástica rosqueável. embalagem contendo a identificação do produto como marca do fabricante e dimensões	200,000	14,200	2.840,00
00113	Lote 00113 BARBANTE 100% ALGODÃO CRÚ - 100% ALGODÃO, 8 FIOS,	40,000	16,230	649,20



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

00114	Lote 00114 TOALHA DE ROSTO MEDINDO 45CM X 70CM, EM TECIDO FELPUDO NA COR BRANCA 100% algodão, macia, resistente, isenta de qualquer defeito. deverá possuir excelente acabamento e etiqueta contendo a identificação do produto, bem como marca do fabricante e dimensões.	50,000	25,990	1.299,50
00115	Lote 00115 FILTRO DE CAFÉ DESCARTÁVEL N° 103, CONFECCIONADO EM PAPEL, COM MICROFUIROS caixa com 30 unidades	300,000	4,660	1.398,00
00116	Lote 00116 PANO DE PRATO, 100% ALGODAO, MEDINDO 70CM X 50CM	500,000	5,900	2.950,00
00117	Lote 00117 PANELA DE PRESSÃO 20 LITROS em alumínio com alças, válvula removível, fechamento externo, com válvulas de segurança.	6,000	485,050	2.910,30
00118	Lote 00118 SUPORTE PARA COADOR DE CAFÉ, EM PLÁSTICO, COMPATÍVEL COM PAPEL FILTRO DE CAFE N° 103	50,000	13,200	660,00
00119	Lote 00119 XICARA COM CAPACIDADE DE 300 ML EM VIDRO TRANSPARENTE caixa contendo 12 unidades	30,000	8,000	240,00
00120	Lote 00120 ALCOOL EM GEL 70% FRASCO DE 500ML certificado inmetro, embalagem plasticas de 500ml, contendo marca, identificacao do produto.	500,000	6,500	3.250,00
00121	Lote 00121 ALCOOL ETILICO HIDRATADO LIQUIDO COM 70% certificado inmetro embalagem caixa com 12 unidades plásticas 1l, contendo marca e identificação do produto.	3.000,000	7,410	22.230,00
00122	Lote 00122 DESINFETANTE LIQUIDO A BASE DE EUCALIPTO para uso geral, acao bactericida e germicida, embalagem frasco plastico com 2 lt, contendo marca, identificacao do produto.	1.000,000	4,180	4.180,00
00123	Lote 00123 HASTES FLEXIVEIS DE PLASTICO COM ALGODAO NAS PONTAS embalagem caixa com 75 unidades, contendo marca, identificacao do produto.	160,000	8,490	1.358,40
00124	Lote 00124 PREGADOR DE ROUPA EM MADEIRA embalagem com 12 unidades, com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.	280,000	2,800	784,00
00125	Lote 00125 RODO GRANDE COM 01 BORRACHA base em metal, comprimento 600 mm, cabo em madeira com encaixe rosqueado comprimento 1200 mm, podendo ter variacao dimensional de +/- 5 %, a borracha devera ultrapassar a base em no minimo 10 mm. com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.	100,000	17,890	1.789,00
00126	Lote 00126 SABAO EM PO COM DETERGENTES PARA LAVAR ROUPAS, composto de tensoativo anionico, coadjuvantes, sinergista, branqueador óptico, tamponantes, corante, fragancia, essencia, carga, água, alquil benzeno, sulfonato de sodio, acondicionado em caixas de papelao ou embalagens plásticas de 1,6 kg.	6.000,000	8,340	50.040,00
00127	Lote 00127 TAPETE DE PORTA DE ENTRADA anti-derrapante, escrito bem vindo, medida 40x60cm, cor preto. composição do produto: parte superior 100% polipropileno, parte inferior base 71% juta 29% polipropileno. modelo: bem vindo. cor: preto.	30,000	23,830	714,90
00128	Lote 00128 TOALHA DE CHAO, 50CM X 105CM APROXIMADAMENTE 100% algodão, embalagem contendo a identificacao do produto como marca do fabricante e dimensoes	200,000	32,060	6.412,00
00129	Lote 00129 TOUCA DESCARTAVEL - TAMANHO UNICO - COR BRANCA . touca descartável confeccionada em tecido de fibras sintéticas com elástico na borda, tamanho único, cor branca. proteção da cabeça e cabelos durante trabalhos em locais restritos de cozinha e restaurante, padaria, unidades de saúde e laboratórios. com 100 unidades.	200,000	11,480	2.296,00



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

00130	Lote 00130 SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS HOSPITALARES/INFECTANTES CAPACIDADE 100 LITROS constituído de polietileno em alta densidade (pead) virgem, oferecendo uma perfeita resistencia mecanica e proporcionando a opacidade necessaria a aplicaÇÃO. a solda do fundo É de tipo estrela, contínua, homogenea e uniforme vedado completamente e não permitindo a perda do conteudo durante o manuseio, de acordo com a norma tecnica 9191, diminuindo assim o risco de contaminaÇÃO ou infecÇÃO das areas por onde circula o material utilizado na fabricaÇÃO É virgem e de alta qualidade, gerando um produto compatível com outros padrões da abnt e do ipt (instituto de pesquisas tecnologicas), pacote com 100 unidades.	1.000,000	70,950	70.950,00
00131	Lote 00131 SACO PLASTICO PARA LIXO CAPACIDADE 50 LITROS - 10 MICRAS classe i, em resina termoplastica virgem, largura 75 cm, podendo variar +/- 1,0 cm, altura minima de 105 cm, capacidade nominal para 50 litros, na cor azul. embalagem: pacote com 50 unidades. a embalagem devera informar a marca do fabricante, dimensoes do saco, quantidade. o produto devera atender normas abnt nbr 9191 e sobretudo no que diz respeito aos metodos de ensaio: condicionamento, medidas, resistencia ao levantamento, resistencia a queda livre, verificacao da estanqueidade, resistencia de filmes a perfuracao estatica, determinacao da capacidade volumetrica e verificacao da transparencia e certificado pelo inmetro.	2.000,000	23,630	47.260,00
00132	Lote 00132 SACOLA PLASTICA, LISA, TRANSPARENTE. com capacidade para 2kg com ,20 cm de larg x 30 cm de comprimento rolo com no minimo 500 undades embalagem contendo a identificacao do produto como marca do fabricante e dimensoes	70,000	86,940	6.085,80
00133	Lote 00133 PANELA TIPO CAÇAROLA EM ALUMINIO BATIDO N°36 COM TAMPA	10,000	184,860	1.848,60

Total Geral: 1.723.615,54

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. A participação no presente Pregão Eletrônico se dará mediante realização de sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, através do Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) .

3.1.1. Somente poderão participar deste pregão as empresas legalmente constituídas, do ramo de atividade compatível, e especializadas com o objeto licitado, e que atenderem todas as especificações e exigências contidas neste edital e seus anexos, além das disposições legais vigentes, independentes de transcrição, e ainda, que estejam com Credenciamento Regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. O Pregão Eletrônico será conduzido pela Pregoeira, que atuará no âmbito de suas atribuições legais.

3.3. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá se informar a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

3.4. É de responsabilidade do licitante o seu credenciamento e conhecimento do funcionamento do Sistema, responsabilizando-se ainda, pelas transações efetivadas em seu nome, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, assim como todo e qualquer custo pela utilização dos recursos de tecnologia da informação para a participação no certame.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

3.5. Poderão participar deste pregão eletrônico os interessados cujo **ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação**, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que atenderem todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste edital e seus anexos.

3.6. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

3.7. As empresas em regime de **consórcio** poderão participar da licitação, desde que atendidas as determinações contidas no artigo 15, da Lei Federal nº 14.133/21, não sendo permitida a participação de empresa Licitante consorciada, no procedimento licitatório, por meio de mais de um consórcio ou isoladamente.

3.8. A condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 em que deverá ser comprovado mediante apresentação de **DECLARAÇÃO** e da documentação exigida neste edital, ratificando não haver nenhum impedimento previsto no art. 3º, § 4º, da referida Lei. A não entrega da documentação indicará que a empresa licitante optou por não utilizar os benefícios previstos na supracitada Lei.

3.8.1. Declaração falsa prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14 dezembro de 2006, caracterizará o crime que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e sanções previstas neste edital.

3.8.2. A obtenção do benefício a que se refere este item fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do artigo 4º, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.9. Será vedada a participação de empresas na licitação quando:

- a) Sob regime de concordata ou falência ou sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) Esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária e/ou declaradas inidôneas pela Administração Pública Estadual, Federal, Municipal ou do Distrito Federal, direta e indireta;
- c) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- d) Pessoa jurídica do mesmo grupo econômico ou com os mesmos sócios de outra empresa que esteja participando desta licitação; e
- e) Que não tenha sede no País;

3.10. De igual forma, não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.10.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.10.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

3.10.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.10.5. Agente público do órgão ou entidade licitante.

3.10.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.10 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A vedação de que trata o item 3.10.5. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.13. A Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3.14. Não caberá aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);

3.14.1. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar a contratação nos termos propostos.

3.15. A Pregoeira poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados pelas empresas licitantes acerca das condições de participação.

4. DOS ESCLARECIMENTOS/IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO/ABERTURA DA LICITAÇÃO

4.1. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos sobre os termos do edital e/ou impugná-lo por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 perante o Município, a empresa proponente que não o fizer até o **terceiro dia útil** que anteceder a data fixada para recebimento das propostas.

4.2. Os esclarecimentos e/ou impugnações poderão ser realizados via petição dirigida à Pregoeira, seja por forma eletrônica, através do: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), ou e-mail: licitacao@itaguacu.es.gov.br ou protocolizada no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Itaguaçu-ES, sito à Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira das 07h30min às 16h00min.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

4.2.1. A petição de impugnação deverá ser acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Cópia de CPF ou RG, em se tratando de Pessoa Física ou CNPJ, e se tratando de Pessoa Jurídica, **devendo informar o e-mail e o telefone para contato**;
- b) Procuração por instrumento público ou particular (quando for o caso);
- c) Ato de criação (Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor), em se tratando de Pessoa Jurídica.

4.3. Caberá à Pregoeira e sua equipe de apoio, bem como responsáveis pela elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico decidir sobre a impugnação ou prestar esclarecimentos, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados do recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.4. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4.5. Os esclarecimentos e/ou impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

4.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida que pode ser adotada pela Pregoeira, conforme o caso, e será justificada nos autos do processo licitatório.

4.7. A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

4.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sítio oficial do Município e Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e vincularão os participantes e a Administração Municipal.

4.9. Não serão conhecidas as impugnações/esclarecimentos interpostos após os respectivos prazos legais.

4.10. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação por parte das empresas interessadas, das condições nele estabelecidas.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

5.4. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação/inabilitação no momento da habilitação.

6. INFORMAÇÕES

6.1. As informações administrativas relativas à presente licitação poderão ser obtidas junto à Pregoeira, na Sala de licitações, localizada no primeiro andar da sede da Prefeitura Municipal de Itaguacu - ES, em dias úteis, de segunda-feira a sexta-feira das 07h30min às 16h00min, até o terceiro dia imediatamente anterior àquele marcado para a abertura do certame, ou ainda através do e-mail: licitacao@itaguacu.es.gov.br, ou telefone (27) 3191-1022, ramal 3030 ou 3003.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

7.2.1. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha de responsabilidade do representante legal da empresa proponente.

7.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3.1. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.2. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.3.2.1. A falsidade da declaração de enquadramento sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

Federal nº 14.133/21, e neste Edital.

7.4. Além de assinalar em campo próprio do sistema as declarações que estão elencadas no item 7.3, 7.3.1 e 7.3.2 deste edital, devem ser apresentadas juntamente com os documentos de habilitação a serem inseridos em campo próprio do sistema, conforme ANEXO III.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7.10. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor, conforme o caso, e em moeda corrente nacional;
- b) marca, conforme o caso;
- c) quantidade cotada, que não poderá ser inferior ao máximo previsto para a contratação.

8.1.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

8.1.2. As empresas participantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste edital e seus anexos, ao participarem desta licitação pública.

8.1.2.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

8.1.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.1.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

8.1.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

8.2. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado, desde que justificado e aceito pelo adjudicatário.

8.4. EM CASO DE EVENTUAL DIFERENÇA ENTRE A(S) ESPECIFICAÇÃO(ÕES) DO OBJETO DESCRITAS NO “SISTEMA DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL (WWW.GOV.BR/COMPRAS)” E AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO, PREVALECERÃO AS DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

8.5. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato ou instrumento substitutivo.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis na forma do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021 ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico/Termo de Referência.

9.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

9.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário de cada item que compõe o lote.

9.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000
Tel: (27) 3191-1022

9.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).

9.12. Será adotado para o envio de lances no PREGÃO ELETRÔNICO o modo de disputa “Aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.13. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.13.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.13.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.13.3.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.14.1. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.14.2. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pela Pregoeira, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

9.16. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do PREGÃO ELETRÔNICO, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei Federal nº 14.133/21, nesta ordem:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.19.1. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos produtos produzidos por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado em que este se localize este Município;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.21. A Pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, envie documentação relativa a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada e, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.21.1. Em vista do custo global estimado do objeto licitado ser decomposto em seus respectivos custos unitários, o licitante classificado e convocado na forma do item 9.21 deverá apresentar:

a. **Proposta Comercial**, que deverá ser elaborada em 1 (uma) via, em papel timbrado da empresa ou carimbada, redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada, rubricada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelos procuradores, juntando-se a procuração, nos moldes do **ANEXO II**.

a.1. Deverá ser indicado o preço global ofertado expresso em Real, com apenas duas casas decimais após a vírgula, compreendendo todas as despesas necessárias à execução.

a.2. Indicação do prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado, desde que justificado e aceito pelo adjudicatário.

a.3. Indicação da pessoa com poderes para assinatura do futuro contrato administrativo e/ou



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

instrumento substitutivo a ser formalizado com o Município.

9.21.2. O licitante detentor do menor preço deverá enviar, juntamente com a Proposta comercial, Prospecto Técnico e/ou Catálogo dos produtos contendo todas as especificações técnicas dos itens ofertados, para análise e conferência, em conformidade com as especificações exigidas pelo edital. A avaliação dos prospectos e/ou catálogo, tem por finalidade verificar a conformidade da especificação técnica dos itens prevista no Termo de referência deste Edital e será analisada pela secretaria solicitante.

9.21.3. É facultado à Pregoeira, prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.22. A critério da Pregoeira, a sessão poderá ser suspensa, informando-se no “chat” a data e horário para a sua continuidade.

9.23. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.24. DA FASE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.24.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, bem como se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>) ; e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.24.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.24.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.24.1.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.24.1.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

9.24.1.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.24.2. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.24.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000
Tel: (27) 3191-1022

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.24.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.24.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.24.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.24.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do produto ou da área especializada no objeto.

9.24.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.24.8. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

9.24.9. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

9.24.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

9.24.11. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.24.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a Pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.25. DAS AMOSTRAS

9.25.1. Para efeito de análise do material cotado **SERÃO SOLICITADAS AMOSTRAS, dos itens especificados abaixo**, da(s) empresa(s) vencedoras do certame, a fim de verificar a sua adequação as especificações deste Termo de Referência para análise de desempenho apresentado pelo material e para conferência de tamanhos e grades, conforme disposto nos arts. 37 e 70 da



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

Constituição Federal que primam pela eficiência economicidade (relação custo-benefício) na Administração.

ITEM 02 - AGUA SANITARIA 5 LTS
ITEM 04 – AMACIANTE LIQUIDO DE 2 LTS
ITEM 31 - DETERGENTE NEUTRO 500 ML
ITEM 46 - FRALDA DESCARAVEL EG/XG
ITEM 47 - FRALDA DESCARAVEL G
ITEM 66 - LIMPADOR INSTANTANEO MULTIUSO 500 ML
ITEM 126 - SABAO EM PÓ 600g
ITEM 97 - SABONETE LIQUIDO 500 ML
ITEM 98 - SABONETE LIQUIDO 5 LT
ITEM 103 e 130 - SACO P LIXO 100 LTS

9.25.2. O exame das amostras tem por objetivo confrontar o material cotado com as especificações exigidas neste Edital, em especial no que diz respeito à qualidade, durabilidade e funcionalidade dos produtos.

9.25.3. Caso não seja aceito o material entregue para análise, as licitantes classificadas em segundo lugar, e assim sucessivamente, serão chamadas a apresentar as amostras até que seja classificada licitante cuja amostra atenda às exigências neste Edital e seus Anexos.

9.25.4. As amostras devem ser entregues no prazo máximo de **02 (dois) dias** no endereço **Almoxarifado Municipal, localizado na Rua Neuza Maciel da Silva, Nº 212, Centro de Itaguaçu (sentido ao bairro Cohab – Otto Luiz Hoffmann), Tel 3725-1103, Ramal 3024, no horário de 7:30 às 11:00 e de 12:30 às 16:00 horas de segunda-feira à quinta-feira**, para análise por parte do setor requisitante.

10. DA HABILITAÇÃO E SEU JULGAMENTO

10.1. O julgamento da habilitação das licitantes se processará na forma prevista no presente item, com fundamento no art. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021 e disposições contidas nos Estudos Técnicos Preliminares e Projeto Básico/Termo de Referência, mediante o exame dos documentos a seguir apresentados:

10.1.1. Habilitação Jurídica

- Registro Comercial, no caso de empresa individual; ou,
- Ato constitutivo e alterações subsequentes, ou contrato consolidado, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores; ou,
- Inscrição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada dos nomes e endereços dos diretores em exercício; ou,
- Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembléia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
- Microempreendedor Individual-MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual-CCMEI;
- Cédula de Identidade ou outro documento de identidade emitido por Órgão Público ou Órgão Fiscalizador de Profissão, que contenha foto, do titular ou sócio(s) ou administrador(es) ou procurador, conforme o caso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

h) No caso de consórcio, devem ser atendidas as normas/documentos exigidas no artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentando-se na fase de habilitação a documentação pertinente, no que couber.

10.1.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.1.2. Regularidade Fiscal

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) que indique a situação regular e ativa da empresa;
- b) Comprovante de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, em vigor, ou documento equivalente;
- d) Prova de Regularidade perante a Fazenda Pública Estadual, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de Regularidade perante a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- f) Prova de Situação Regular perante o Fundo de garantia por Tempo de Serviço FGTS (art. 27, alínea “a”, lei 8.036/90) através de apresentação do CRF - Certificado de Regularidade de Situação junto ao FGTS.

10.1.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outro documento equivalente, na forma da lei.

10.1.2.2. As microempresas e empresas de pequeno deverão apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição, o qual será concedido o prazo legal para a devida regularização.

10.1.3. Regularidade Trabalhista

- a) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor.

10.1.4. Qualificação Técnica

- a) Durante a fase de habilitação, deverá obrigatoriamente ser apresentada declaração pelo(s) licitante(s) de disponibilidade de Alvará de Localização e Funcionamento sede da empresa licitante ou autorização de funcionamento equivalente expedido pelo órgão estadual ou municipal competente, ou declaração de que a empresa reúne condições de apresentá-lo no ato de assinatura de ata de registro de preços, tendo em vista o previsto no Acórdão nº 1394/2018 – Primeira Câmara do TCE/ES.
- b) O referido Alvará somente será exigidos do(s) vencedor(es) da licitação para fins de assinatura da ata de registro de preços ou outro documento equivalente.
- c) Caso a licitante apresente o Alvará de Localização e Funcionamento ou autorização de funcionamento equivalente, ou ainda, a sua isenção, juntamente com os documentos de habilitação, não haverá a necessidade de apresentação da declaração citada acima.

10.1.5. Qualificação Econômico – Financeira



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

a) Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou emitida via internet, dentro do prazo de validade informado no corpo da certidão que comprove regularidade perante a comarca da sede da licitante, ou, emitida há, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos da data de sua apresentação neste certame, quando o prazo de validade não estiver expresso no documento. A certidão retirada pela internet poderá ser exclusiva para a comarca da sede da licitante ou contemplar todas as comarcas, desde que esteja regular na comarca solicitada.

a.1) A empresa que se encontra em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta, econômica e financeiramente, a participar de procedimento licitatório/sentença homologatória do plano de recuperação judicial, ou, que o Juízo em que tramita o procedimento dispense a apresentação da Certidão Negativa de Recuperação Judicial.

10.1.5.1- Fica dispensada apresentação do balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, nas circunstâncias previstas no art. 70, III da Lei nº 14.133, de 2021 e à luz do art. 37, XXI, da Constituição Federal.

10.1.6. Apresentar Declaração conjunta, na forma estabelecida no ANEXO III deste edital.

10.2. A habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor, na forma do artigo 63, inciso I e II da Lei Federal nº 14.133/2021, e poderá ser verificada pela Pregoeira por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

10.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação.

10.5. Todos os documentos exigidos para habilitação (item 10.1 e seus subitens) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira, exceto aqueles que estejam contemplados no Sicaf, que poderão ser verificadas na forma descrita nos itens acima.

10.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (artigo 64 da Lei Federal nº 14.133/21, art. 64:

I) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

10.7. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.8. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.9. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou, por cópia, sendo neste último caso considerada a cópia de documentos inseridos no sistema do **Portal de Compras do Governo Federal** – www.comprasgovernamentais.gov.br.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

10.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

10.10. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido pelo Município de Itaguaçu - ES, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e atenda ao disposto no Decreto Municipal nº 10.985/2023.

10.10.1. A Pregoeira poderá solicitar a qualquer momento, em caráter de diligência, que os documentos de habilitação remetidos sejam apresentados em original para a autenticação ou por cópia autenticada em cartório. Para tanto, os documentos deverão ser encaminhados ao setor de Licitação, situada na Rua Vicente Peixoto de Mello, nº 08, Centro, Itaguaçu/ES, CEP: 29.690-000, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados do primeiro dia útil posterior à convocação feita no sistema eletrônico, no prazo estabelecido pela Pregoeira.

10.10.2. Quando enviados por correspondência através dos CORREIOS, deverá ser via SEDEX, devendo o licitante fornecer o código para rastreamento, sendo que exclusivamente se atendidas estas condições o prazo de entrega será considerado atendido na data de postagem dos documentos.

10.11. Não serão aceitas certidões positivas de débitos, exceto quando constar da própria certidão ressalva que autorize a sua aceitação.

10.11.1. Caso as certidões não tragam consignada a data de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de expedição, observando sempre o disposto no item 10.6.

10.12. A documentação exigida deverá ser compatível com as respectivas inscrições nas esferas federal, estadual e municipal, sendo vedada, na apresentação, a mesclagem dos documentos de estabelecimentos diversos (número de inscrição no C.G.C./C.N.P.J., e C.C.M.).

10.13. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:

- a) em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo;
- b) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- c) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salientando-se que serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.14. Os documentos exigidos para habilitação, constante o estabelecido neste Edital, não poderão, em hipótese alguma, serem substituídos por protocolos que configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, serem remetidos posteriormente ao prazo fixado para a abertura do certame.

10.15. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

10.16. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

10.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto neste edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

10.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (ART. 42 A 45 DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006)

11.1. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

11.1.1. Sendo a participante do certame Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa, devidamente comprovada, a documentação de regularidade fiscal ou trabalhista deverá ser apresentada juntamente com toda a documentação necessária para habilitação mesmo que haja restrição conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006.

11.1.1.1. No caso da Microempresa ou uma Empresa de Pequeno Porte, apresentar restrições na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da declaração de licitante vencedora certame, para a **regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com vista à contratação.

11.1.1.1.1. O prazo que trata o subitem 11.1.1.1 é prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública Municipal, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.1.1.2. A não-regularização da documentação pela ME ou EPP, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.2. DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

11.2.1. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que desejar obter os tratamentos previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá, além de declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021, **apresentar:**

a) Declaração de que cumpre os requisitos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49 (**conforme anexo III**);

b) Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte previsto na LC 123/20206 e suas alterações, para fins do disposto no artigo 4º, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021 (**conforme anexo III**);

11.3. DO CRITÉRIO DE DESEMPATE – PREFERÊNCIA

11.3.1. Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de conformidade com os artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. A intenção de interpor recurso poderá ser promovida pelos licitantes, de forma IMEDIATA, via sistema provedor, APÓS O TÉRMINO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DO ATO DE HABILITAÇÃO OU INABILITAÇÃO, sob pena de preclusão, ficando a Autoridade Competente autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.1.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação registrado, conforme registro no sistema eletrônico.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- b) o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos, contados a partir do registro, pela Pregoeira, da abertura de prazo para manifestação, no chat do sistema eletrônico.
- c) o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo legal, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo licitante, não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Município de Itaguaçu, em seu Portal da Transparência – Licitações.

13. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para promover a adjudicação do objeto e homologar a licitação, na forma do artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.1.1. O compromisso decorrente do objeto do certame será firmada entre a Administração e o Fornecedor, por meio de Ata de Registro de Preços e Contrato (conforme o caso), observando as condições estabelecidas neste Edital, seus anexos e na legislação vigente.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

13.2. As condições para a formalização da Ata de Registro de preços serão as dispostas na Minuta da ARP, anexo V deste edital, observados, ainda, os termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 11.150/2024, de 18 de abril de 2024.

13.3. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, que deverá ser assinada no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação da mesma para esse fim, e, preferencialmente, assinada por meio de assinatura digital.

13.3.1. O Município poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, e desde que:

I - a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;

II - a justificação apresentada seja aceita pela Administração.

13.4. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no item 13.3, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.4.1. Na hipótese de nenhum dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário (observada a classificação na licitação) aceitar firmar o compromisso mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

I - convocar os licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original, para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II - adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.5. Em caso de participação de proponentes consorciados, a homologação pela Autoridade Competente fica condicionada à apresentação do instrumento de Constituição e o registro do Consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das empresas.

13.5.1. O Consórcio vencedor terá um prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do esgotamento do prazo recursal do resultado final do certame (classificação das propostas comerciais), para apresentar o instrumento de constituição devidamente registrado.

13.5.2. O prazo de que trata o item 13.5.1 somente poderá ser prorrogado a critério único e exclusivo do Município, desde que o Consórcio vencedor apresente requerimento formal contendo justificativa plausível e acompanhada de documentos comprobatórios.

14. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS USUÁRIOS

14.1. A presente licitação será efetuada através do Sistema de Registro de Preços, previsto no artigo 82 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 11.150/2024, bem como da legislação correlata.

14.1.1. A Ata de Registro de Preços é um documento vinculativo, obrigacional, com características de compromisso para futura contratação, no qual se registram os preços, fornecedores, órgãos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

14.1.2. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 83, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.2. Não será permitida a apresentação de preços diferentes para o objeto licitado, haja vista a simplicidade do mesmo e condições idênticas quanto ao local de entrega e outras especificações exigidas, assim como não haverá a possibilidade de o licitante ofertar quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

14.3. As condições para os usuários da Ata de Registro de Preços são as previstas no item 3 do Termo de Referência (Anexo I).

14.3.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, que deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, o qual procederá com a anuência, conforme o caso.

14.3.1.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

14.4. As adesões oriundas da Ata serão regidas pelas condições impostas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 11.150/2024.

14.5 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano, a partir da data de sua assinatura contado do primeiro dia útil subsequente à data da mesma, e poderá ser prorrogado, por igual período, mediante comprovação de vantajosidade do preço contratado, conforme o art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c artigo 22, do Decreto Municipal nº 11.150/2024.

14.6. Os preços poderão registrados poderão ser alterados ou atualizados nos termos do Decreto nº 11.150/2024.

14.7. Possíveis alterações bem como o cancelamento da Ata de Registro de Preços obedecerão ao disposto no Decreto Municipal nº 11.150/2024, e as hipóteses expressamente previstas na Minuta da ARP anexa a este edital.

14.8. Fica expressamente vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

14.9. A **Secretaria Municipal de Administração** será responsável pelo gerenciamento, orientação e controle do presente sistema de registro de preços.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

15.1. A contratação reger-se-á pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e no Decreto Municipal nº 11.150/2024, de 18 de abril de 2024, demais normas complementares, disposições do Edital na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 011/2026 e da proposta apresentada pelo **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

15.2. As condições para a formalização do Contrato serão as dispostas na Minuta do Contrato, anexo VI deste edital, observados, ainda, os termos da Lei.

15.3. Quando da formalização da contratação, o Município convocará, por escrito, a adjudicatária para a assinatura do Contrato, que deverá ser assinado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação da mesma para esse fim.

15.3.1. O Município poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

15.4. É facultado ao **MUNICÍPIO**, quando a empresa a adjudicatária não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, convocar as empresas proponentes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços ou revogar a licitação, independente das sanções previstas no Edital.

15.5. Como condição para a sua contratação o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação, prestar as informações solicitadas pela contratante, dentro dos prazos estipulados, bem como não transferir a outrem as obrigações decorrentes deste contrato.

15.6. Caso nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 15.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos deste edital, poderá:

I. Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.7. Àquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, serão aplicadas as sanções de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estabelecido em sua proposta e, ainda, suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal ou declaração de inidoneidade para de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das demais cominações legais, as sanções penais aplicáveis conforme legislação vigente, exceto no caso de convocação de licitantes remanescentes, na forma prevista no item 15.4 deste edital.

15.8. Os instrumentos substitutivos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 125 da Lei nº 14.133/21.

16. DO FORNECIMENTO E GARANTIA PELO FORNECIMENTO

16.1. As condições previstas no Termo de Referência (anexo I do presente Edital) no Subitem 4.3 e Item 6 além de outras constantes neste edital e todos os seus anexos.

17. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR

17.1. As condições previstas no Termo de Referência (anexo I do presente Edital) no Subitem 4.4.1 além de outras constantes neste edital e todos os seus anexos.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

18. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

18.1. As condições previstas no Termo de Referência (anexo I do presente Edital) no Subitem 4.4.2. além de outras constantes neste edital e todos os seus anexos.

19. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO E DA GESTÃO DO CONTRATO

19.1 As condições previstas no Termo de Referência (anexo I do presente Edital) nos Itens 05 e 08, respectivamente, além de outras constantes neste edital e todos os seus anexos.

20. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

20.1. As condições previstas no Termo de Referência (anexo I do presente Edital) no Item 09 além de outras constantes neste edital e todos os seus anexos.

21. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

21.1. As condições previstas no Termo de Referência (anexo I do presente Edital) no Item 12 além de outras constantes neste edital e todos os seus anexos.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes.

22.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

23.3. Da sessão pública do Pregão Eletrônico divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico, imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

22.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

22.5. Esta licitação não implica proposta de assinatura do contrato administrativo por parte do Município, por se tratar de ato de conveniência e oportunidade. Até a entrega da Nota de Empenho ou da autorização de serviços, poderá a licitante vencedora ser excluída da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se o Município tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

22.5.1. As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e de quaisquer documentos relativos a esta licitação, onde Município não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório, inclusive nenhuma indenização será devida às licitantes por esse fim.

22.6. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura deste Município, tudo em conformidade com o artigo 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

22.8. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

22.9. A simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos (Termo de Referência, Projeto Básico/Termo de Referência, Minuta de Contrato e demais anexos); devendo ter pleno conhecimento das suas disposições, não podendo invocar qualquer desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento da contratação.

22.10. Cópias de documentos não inclusos neste edital e que as empresas interessadas julguem necessários, se disposto pelo Município, serão fornecidos mediante taxa de expediente/reprodução e disponibilização dos documentos, proporcional ao número de cópias, cujos custos serão arcados pelo interessado, se houver.

22.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

22.12. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

22.13. Declaração falsa prestada ou documento falso apresentado em atendimento às exigências editalícias, acarretará a EXCLUSÃO da empresa proponente deste certame, caracterizando o enquadramento de figuras penais, bem como as sanções previstas neste edital, e ainda na Lei Federal nº 14.133/21, independente da fase em que se encontrar o procedimento licitatório.

22.13.1. Responderá criminal, civil e administrativamente a empresa proponente que apresentar quaisquer declarações ou documentos não autênticos.

22.14. A Pregoeira julgadora do pleito foi designada nos termos do Decreto nº 6.893/2024, integrante do processo administrativo referente a esta licitação.

22.14.1. A Pregoeira poderá solicitar manifestação da Assessoria Jurídica ou de outros setores/servidores, a fim de subsidiar sua decisão, em se tratando de questões que envolvam ilegalidade/fato superveniente ou técnicas, conforme o caso.

22.14.2. Caberá à equipe de apoio auxiliar a Pregoeira nas etapas do processo licitatório.

22.15. Todas as referências de tempo do edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.16. Os casos e situações omissos serão resolvidos de comum acordo respeitado as disposições da Legislação constante do preâmbulo deste instrumento, regulado pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e disposições de direito privado, na forma preconizada pela Lei Federal nº 14.133/21.

22.17. Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

22.18. Fica eleito o Foro da Comarca de Itaguaçu, renunciando a outros por mais privilegiados que sejam, para dirimir as questões oriundas desta Licitação.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

23. DO CADERNO DE LICITAÇÃO

23.1. Fazem parte do presente Edital integrando-o de forma plena, independentemente de transcrição:

- I. Anexo I - Termo de Referência
- II. Anexo II - Modelo da Proposta Comercial
- III. Anexo III - Modelo de Declaração Unificada
- IV. Anexo IV – Modelo apresentação de fórmulas dos Índices Financeiros e Declaração
- V. Anexo V – Modelo da Minuta da Ata de Registro de Preços
- VI. Anexo VI – Modelo da Minuta de Contrato

Itaguacu/ES, 19 de junho de 2026.

TATIANE VALADÃO RAASCH

Equipe de Apoio

Decreto nº 11.030/2024



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000
Tel: (27) 3191-1022

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

UNIDADE ADMINISTRATIVA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COORPORATIVO

1. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO E DA VIGÊNCIA

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo disciplinar as condições que disciplinarão o Registro de Preços para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DO PREFEITO**, conforme consta do Pedido de Compras Corporativo de nº 0023/2026, anexo ao DFD 05/2026.

1.2. Especificação conforme consta do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como de natureza comum, uma vez ser possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar, atendendo ao disposto do art. 6º, XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.4. O objeto da presente contratação não se enquadra, ainda, como sendo bem ou serviço de luxo, atendendo ao disposto no art. 20, da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.5. O registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do dia seguinte à sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo (DOM/ES). A prorrogação por igual período será permitida, desde que comprovada a vantajosidade, conforme disposto no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.6. A **Ata de Registro de Preço – ARP** oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da Contratação.

2. DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente aquisição tem por finalidade continuidade do serviço de conservação e limpeza, e a funcionalidade das instalações de prédios públicos, escolas bem como unidades de saúde vinculadas ao município de Itaguaçu a fim de garantir que sejam mantidas as condições de salubridade, higiene, bem-estar, saúde, adequadas para o trabalho dos servidores e demais usuários, bem como para atendimento ao público externo, sendo que a interrupção do serviço poderia comprometer a prestação do serviço público e o cumprimento da missão institucional.

2.2. A aquisição de Materiais de Limpeza e Higienização é de fundamental importância para garantir a adequada higienização e manutenção do regular desses espaços é essencial para a prevenção de doenças, proliferação de agentes patogênicos, reduzindo o risco de infecções e promovendo a segurança tanto para os funcionários e pacientes quanto para os colaboradores.

2.3. O fornecimento de materiais da pretensa aquisição adequados garantirá que as equipes responsáveis pela limpeza possam realizar as atividades de forma eficaz, que atendam às exigências sanitárias e de vigilância, evitando problemas relacionados ao não cumprimento de regulamentações e possíveis sanções. Além disso, a manutenção dos serviços de limpeza é fundamental para o bom funcionamento das instalações prediais beneficiadas, assegurando que os processos internos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

ocorram de forma eficiente e sem interrupções. O uso regular de materiais adequados para a limpeza e conservação ajuda a preservar a estrutura predial, evitando o desgaste excessivo de equipamentos e espaços. Isso resulta em economia de recursos a longo prazo, já que evita a necessidade de reparos e reformas frequentes.

2.4. Visando garantir a limpeza, conservação e higienização das instalações prediais vinculadas ao município, a fim de que a qualidade das atividades desenvolvidas nesses locais não seja prejudicada devido à falta de condições ambientais e de higiene adequadas. De uma forma geral, os serviços a serem contratados destinam-se à conservação do patrimônio público e manutenção dos locais de trabalho nos padrões de asseio exigidos, visando a proporcionar condições ideais de funcionamento das prédios, escolas e unidades de saúde e de atendimento aos usuários.

2.5. Por estas razões elencadas acima, nota-se a importância da aquisição dos materiais de limpeza e higiene, pois a não contratação irá prejudicar a funcionamento das Secretarias Municipais. Escolas e Unidades de Saúde, incluindo a Unidade Municipal de Urgência e Emergência Nossa Senhora da Boa Família, que se dará por meio de **Procedimento Licitatório**.

2.6. Licitação é o procedimento administrativo formal em que a Administração convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio (EDITAL), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços. O ordenamento brasileiro, em sua Carta Magna (art. 37, inciso XXI), determinou a obrigatoriedade da Licitação para todas as aquisições de bens e contratações de serviços e obras realizadas pela Administração no exercício de suas funções. A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece as normas gerais sobre licitações e contratos.

2.7. O estudo Técnico Preliminar foi realizado e contém elementos capazes de propiciar a avaliação de custos pela Administração, para Registro de Preços para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DO PREFEITO**, considerando os valores praticados no mercado.

2.8. A fundamentação pormenorizada quanto à necessidade da contratação é encontrada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar. Do mesmo modo, o objeto da presente contratação está previsto no Plano Anual de Contratações – PAC 2026.

2.9. A aquisição justifica-se, em razão do consumo anual, pelas diversas unidades desta Prefeitura, dos referidos produtos, conforme levantamento realizado junto às secretarias solicitantes.

2.10 Além disso, há a necessidade de reposição dos materiais no estoque no Almoxarifado Central da Prefeitura Municipal de Itaguaçu e Almoxarifado do Fundo Municipal de Saúde.

2.11. Dessa forma, a presente contratação revela-se fundamental para o cumprimento das metas da administração municipal, contribuindo para a melhoria das condições estruturais do município e para a otimização do uso dos recursos públicos.

3. FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP, DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS E DO FORNECIMENTO

3.1. As obrigações decorrentes do certame licitatório serão formalizadas através da assinatura da Ata de Registro de Preços da qual fará parte, independente de transcrição, o edital e todos os seus anexos, especialmente o Termo de Referência e a proposta do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

3.2. Nos termos do art. 6º, XLVI, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Ata de Registro de Preços é o documento vinculativo, obrigacional, que representa o compromisso a ser firmado entre o **MUNICÍPIO** e o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** adjudicatário do certame.

3.3. Para a formalização da Ata de Registro de Preços, será observado o disposto no art. 82, da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.4. Nos termos do art. 84, da NLLC, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 01 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso para o **MUNICÍPIO**.

3.5. Homologado o julgamento, o Órgão Gerenciador respeitado a ordem de classificação convocará por escrito, o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** para a assinatura da Ata de Registro de Preços, que deverá ser assinada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis (art. 90 da NLLC), contados do recebimento da convocação da mesma para esse fim, a qual será publicada na Imprensa Oficial utilizada pelo **MUNICÍPIO**, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

3.6. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela(s) adjudicatária(s) e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo **MUNICÍPIO**, nos termos do art. 90, §1º da NLLC.

3.7. Se a adjudicatária se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem justificativa por escrito, aceita pelo **MUNICÍPIO**, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no instrumento convocatório e no artigo 90, §5º da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, respeitado a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, declarar o respectivo **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** vencedor, celebrando com ele o compromisso representado pela assinatura da Ata de Registro de Preços.

3.8. Durante o prazo de validade da ata, a contratação com o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** registrado, após indicação pelo órgão gerenciador do registro de preços, será formalizada pelo órgão interessado, por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 95, da Lei Federal nº 14.133/2021, devendo o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** ser convocada para assinatura ou retirada do instrumento, que deverá ser publicado em resumo na Imprensa Oficial utilizada pelo Município.

3.9. O contrato decorrente da Ata de Registro de Preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições contidas na própria Ata, nos termos do parágrafo único do art. 84, da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo a **MINUTA DO CONTRATO**, definida no Edital.

3.10. A existência de preços registrados não obriga o **MUNICÍPIO** a firmar as contratações que deles poderão advir (art. 83, da NLLC), facultando-se ao Poder Público, a realização de licitação específica para a contratação pretendida ou contratação direta por dispensa de licitação, nas hipóteses previstas na Lei. Em todo caso, deverá a Administração justificar o motivo da não utilização do registro de preços e será assegurada ao beneficiário do registro preferência para contratação em igualdade de condições.

3.11. O Sistema de Registro de Preços não obriga a contratação, nem mesmo nas quantidades indicadas nos Anexos do presente Edital, podendo o **MUNICÍPIO** promover a contratação de acordo com suas necessidades.

3.12. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade do **MUNICÍPIO** que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta e anuência do órgão gerenciador, e respeitando os termos da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

3.13. Caberá ao **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3.14. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item 3.13 não poderão exceder, no total, ao previsto no art. 86, §§ 4º e 5º, da NLLC, registrado na Ata de Registros de Preços.

3.15. Não será admitida, a qualquer título, a subcontratação de terceiros pelo **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, sem expressa anuência do Município de Itaguaçu - ES.

3.16. USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.16.1. Poderão utilizar da futura Ata de Registro de Preços as **Secretarias Municipais e o Fundo Municipal de Saúde de Itaguaçu/ES**, de acordo com as necessidades verificadas pela Administração Municipal.

3.16.2. A Secretaria requisitante é responsável pelo gerenciamento, administração e controle do Sistema de Registro de Preços no âmbito do Poder Executivo Municipal.

4. DOS OBJETOS A SEREM LICITADOS

4.1. DA SOLUÇÃO E DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do ETP. Na presente contratação será admitida a oferta do objeto/serviço em consonância com as características e justificativas contidas no ETP.

4.1.2. O levantamento do mercado sugere a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, que preservaram proximidade a devidas finalidades técnicas envolvidas. A condição de singularidade do objeto da contratação associada à pesquisa realizada no ETP adota metodologia específica e o perfil de potenciais fornecedores envolvidos que estarão associados à oportunidade de gerar a manutenção de padronização que a estrutura do Município admite.

4.1.3. No Estudo Técnico Preliminar foi evidenciado que a contratação da solução para a aquisição, atenda as solicitações dos Órgãos requisitantes, mostrando-se viável tecnicamente e necessária.

4.1.4. A aquisição poderá acontecer na modalidade pregão, na forma eletrônica, mediante o Registro de Preço, uma vez que esta solução tem sido a mais viável para a administração pública, se mostrado eficiente e eficaz, demonstrando ser a solução mais vantajosa.

4.1.5. Diante da fundamentação exposta neste documento, e com base nos levantamentos apresentados no estudo técnico preliminar, **FOI DECLARADO SER VIÁVEL** a aquisição de empresa para Registro de Preços para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DO PREFEITO**, visando atender as necessidades das Secretarias requisitantes, através de processo licitatório no formato de Registro de Preço

4.1.6. A melhor opção, a mais vantajosa e adequada para a efetiva Aquisição, apontada no ETP, é através do **Sistema de Registro de Preços – SRP**, com base na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

4.2.1. A contratação será realizada em razão da necessidade de Registro de Preços para a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO, MATERIAIS DE COPA E COZINHA, MATERIAIS DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM, E OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DO PREFEITO**, por serem indispensáveis para a manutenção das pontes já construídas no Município, além de construção e novas.

4.2.2. A aquisição dos materiais em comento leva em conta a necessidade da Secretaria requisitante para o período indicado, sendo que tal provimento faz parte do planejamento estabelecido pela equipe técnica do setor, sendo que já está incluído no Plano Anual de Contratações – PAC 2026, aprovado pelo Decreto de nº 11.777/2025. Assim, demonstra-se que a pretensão se encontra plenamente alinhada com o planejamento realizado pela requerente.

4.2.3. Para a contratação, será aferida a verificação da habilitação social, fiscal, trabalhista e técnica dos fornecedores potencialmente interessados, de acordo com as premissas da Lei Federal nº 14.133/2021, em seu Capítulo VI.

4.2.4. A verificação dos documentos de que trata o item 4.2.3 deverá ser realizada junto ao Cadastro de Fornecedores ou apresentados no momento do julgamento das propostas pelos interessados, assegurando aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas. Tal disposto neste item deve constar expressamente no aviso da contratação.

4.2.5. Na hipótese da necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados quando da habilitação, o pregoeiro deverá solicitar ao licitante vencedor, o seu envio no prazo definido em Edital.

4.2.6. O COMPROMISSARIO FORNCEDOR interessado, após a divulgação do aviso de contratação, encaminhará sua PROPOSTA COM OS VALORES DE CADA ITEM a ser adquirido, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo atender aos requisitos apresentados no edital convocatório.

4.3. DO FORNECIMENTO

4.3.1. O objeto da presente contratação será entregue **parceladamente de acordo com a solicitação**, feita por meio de Autorização de Fornecimento (AF), expedida pela secretaria solicitante, informando a quantidade do objeto a ser entregue, tendo este o descritivo do mesmo descrito no contrato, obrigando-se a proponente a substituir quando não atender as características e vier a ser recusado.

4.3.1.1. O recebimento dar-se-á mediante apresentação das Notas Fiscais de Venda no local da entrega especificado abaixo, dos materiais solicitados pelas Secretarias Municipais, de acordo com as necessidades das Secretarias requerentes, conforme contratação a ser realizada.

A) Para os itens solicitados pelas Secretarias de Administração, Assistência Social, Finanças, Agricultura e Meio Ambiente, Interior e Transportes, Educação e Cultura, Esportes e Turismo e Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano a entrega será efetivada no **Almoxarifado Municipal**, localizado na Rua Neuza Maciel da Silva, Nº 212, Centro de Itaguaçu (sentido ao bairro Cohab – Otto Luiz Hoffmann), Tel (27) 3191-1022 Ramal 3024, no horário de 7:30 às 11:00 e 12:30 às 16:00 horas de segunda-feira à quinta-feira, diante de servidor responsável.

B) Para os itens solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde deverão ser entregues diretamente no **Almoxarifado da Saúde** localizado na Unidade Municipal de Urgência e Emergência Nossa Senhora da Boa Família, situado na Alameda Mateus Antônio Prederigo, 01 – Centro, Itaguaçu, telefone 27 3191-1022 ramal 3061, no horário de 07h00min as 16h00min, de segunda-feira à quinta-feira, diante de servidor responsável.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000
Tel: (27) 3191-1022

4.3.2. Os produtos a serem adquiridos deverão seguir as especificações técnicas, modelos e quantidades descritas nos pedidos de compras anexos, efetuados pelas Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde.

4.3.3. Não serão aceitas variações nas medidas, modelos dos produtos especificados no pedido de compras.

4.3.4. Os produtos devem ser:

- a) de excelente qualidade e acabamento, sem falhas ou quaisquer outras avarias, obedecendo as especificações;
- b) de alta resistência e de modo a proporcionar segurança ao usuário;
- c) entregues obedecendo rigorosamente as cláusulas do Edital e seus anexos;
- d) entregues em perfeitas condições de armazenagem e em perfeitas condições de uso;

4.3.5. O **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** deverá assegurar o pleno cumprimento das obrigações no prazo estipulado, na quantidade e qualidade dos produtos especificados e contidos neste termo.

4.4. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

4.4.1. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR

4.4.1.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, em atendimento ao seu art. 89, §2º, são obrigações do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**:

- I) Cumprir fielmente, os compromissos avençados de forma que a entrega dos produtos seja efetuada com pontualidade, dentro do prazo estipulado, bem como seja feita com esmero e perfeição e devendo ainda solucionar os problemas que porventura venham a surgir;
- II) Comunicar imediatamente e por escrito pelo MUNICÍPIO, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- III) Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos, objeto da presente aquisição;
- IV) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente aquisição;
- V) O envio adequado do objeto, responsabilizando-se pelas deteriorações ocorridas decorrentes de más condições de acondicionamento ou transporte dos mesmos;
- VI) Verificar se o objeto disponibilizado atende as normas de padrão de identidade e qualidade, estabelecidos pela legislação vigente, se possuem registro, composição impressa e se estão dentro do período de validade;
- VII) Manter, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na aquisição, que possa comprometer a continuidade do fornecimento, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;
- VIII) Obedecer rigorosamente aos prazos de fornecimento previstos;
- IX) Trocar às suas expensas, todos os serviços comprovadamente entregues de forma inadequada, a critério da fiscalização do **MUNICÍPIO**;
- X) Suportar todas as despesas com deslocamento, encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas, além de quaisquer outras que se fizerem necessários ao cumprimento da presente aquisição;
- XI) Assumir a responsabilidade, presente e futura, de qualquer compromisso ou ônus decorrentes do inadimplemento relativos as obrigações aqui assumidas, ficando essas ao seu encargo, exclusivamente, em qualquer momento que vierem a ocorrer;
- XII) Responsabilizar-se pelos danos que causar ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução;
- XIII) Permitir que os materiais entregues sejam fiscalizados no ato de sua entrega.
- XIV) Constatado dano a bens do **MUNICÍPIO** ou sob a sua responsabilidade ou, ainda, a bens de terceiros, o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, de pronto deverá repará-los, e se assim não o



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

fizer, o **MUNICÍPIO** lançará mão dos créditos do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, para ressarcir os prejuízos de quem de direito.

XV) O **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** não poderá contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

XVI) Atender, através de seus responsáveis técnicos e/ou administrativos, conforme o caso, eventuais convocações do **MUNICÍPIO**, bem como as determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

XVII) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

XVIII) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021);

XIX) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.2. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO

4.4.2.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, são obrigações do **MUNICÍPIO**:

I) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, em conformidade com Autorização de Fornecimento, sendo que o pagamento da Nota Fiscal fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento dos serviços e os procedimentos burocráticos;

II) Fornecer a qualquer tempo e com presteza, mediante solicitação da empresa proponente vencedora do certame, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos;

III) Fiscalizar rigorosamente, através do fiscal de contrato designado, se o serviço prestado obedece às condições exigidas no certame, inclusive;

IV) Notificar o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

VI) Comunicar ao **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

VII) Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e repactuação de preços feitos pelo **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** no prazo máximo de 01 (um) mês para decidir, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período.

VIII) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo máximo de 1 (um) mês para decidir, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

4.4.2.2. O **MUNICÍPIO** não assumirá em nenhuma hipótese, a responsabilidade, presente ou futura, de qualquer compromisso ou ônus decorrentes do inadimplemento da empresa vencedora da



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

presente contratação do serviço, relativos às obrigações aqui assumidas, ficando essas a seu encargo, exclusivamente, em qualquer momento que vierem a ocorrer.

5. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

5.1. A fiscalização de todas as fases, será feita pelo **MUNICÍPIO**, por intermédio do Gestor Fiscal do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, com autoridade para exercer em nome do **MUNICÍPIO**, a fiscalização do serviço contratado e toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização, obrigando-se ao **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** a facilitar, de modo amplo e completo, a ação do fiscal.

5.2. O gestor/fiscal deverá fiscalizar e acompanhar a execução da referida contratação, com poderes amplos e irrestritos, bem como propor penalidades e analisar documentos.

5.3. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO**, e não exclui e nem reduz a responsabilidade do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

5.4. A Fiscalização poderá determinar, a ônus do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, a substituição dos serviços julgados deficientes ou não-conformes com as especificações definidas, cabendo ao **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo definido pela fiscalização, sem direito à extensão do prazo final de fornecimento.

5.5. Caso o Secretário Municipal Requerente não designe nenhum servidor para acompanhar o fornecimento e fiscalização, o mesmo assumirá tal responsabilidade.

5.6. O **MUNICÍPIO**, através do fiscal do contrato comunicará ao **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, por escrito, as deficiências porventura verificadas no fornecimento, para imediata correção.

5.7. A presença da fiscalização do **MUNICÍPIO**, não elide nem diminui a responsabilidade do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**.

5.8. O Gestor/Fiscal da ARP indicado anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

5.9. O **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** é obrigado a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

5.10. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor/Fiscal do Contrato deverão ser solicitadas ao Secretário Municipal Requisitante do **MUNICÍPIO**, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

6. DA GARANTIA PELO FORNECIMENTO

6.1. O **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** deverá garantir pelo prazo descrito neste Termo de Referência o fornecimento dos materiais conforme pactuado.

6.2. Durante o prazo de garantia dos materiais o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** fica obrigado a substituir os mesmos sempre que houver vício, no prazo 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação do problema, sem ônus para o **MUNICÍPIO**.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

6.3. A garantia aqui requerida não trará prejuízo a eventuais garantias adicionais fornecidas pelo **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**.

7. DAS AMOSTRAS

7.1. Para efeito de análise do material cotado **SERÃO SOLICITADAS AMOSTRAS, dos itens especificados a baixo**, da(s) empresa(s) vencedoras do certame, a fim de verificar a sua adequação as especificações deste Termo de Referência para análise de desempenho apresentado pelo material e para conferência de tamanhos e grades, conforme disposto nos arts. 37 e 70 da Constituição Federal que primam pela eficiência economicidade (relação custo-benefício) na Administração.

ITEM 2 - AGUA SANITARIA 5 LTS
ITEM 6 – AMACIANTE LIQUIDO DE 2 LTS
ITEM 35 - DETERGENTE NEUTRO 500 ML
ITEM 51 - FRALDA DESCARAVEL EG/XG
ITEM 52 - FRALDA DESCARAVEL G
ITEM 72 - LIMPADOR INSTANTANEO MULTIUSOS 500 ML
ITEM 108 - SABAO EM PÓ 1.600KG
ITEM 109 - SABODENETE LIQUIDO 500 ML
ITEM 110 - SABONETE LIQUIDO 5 LT
ITEM 116 - SACO P LIXO 100 LTS

7.1.1. O exame das amostras tem por objetivo confrontar o material cotado com as especificações exigidas neste Termo de Referência, em especial no que diz respeito à qualidade, durabilidade e funcionalidade dos produtos.

7.1.2. Caso não seja aceito o material entregue para análise, as licitantes classificadas em segundo lugar, e assim sucessivamente, serão chamadas a apresentar as amostras até que seja classificada licitante cuja amostra atenda às exigências do Termo de Referência e seus Anexos.

7.1.3. As amostras devem ser entregues no prazo máximo de **02 (dois) dias** no endereço **Almoxarifado Municipal, localizado na Rua Neuza Maciel da Silva, Nº 212, Centro de Itaguaçu (sentido ao bairro Cohab – Otto Luiz Hoffmann), Tel 3725-1103 Ramal 3024, no horário de 7:30 às 11:00 e de 12:30 às 16:00 horas de segunda-feira à quinta-feira**, para análise por parte do setor requisitante.

8. DA GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o **MUNICÍPIO** e a **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O **MUNICÍPIO** poderá convocar representante do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o **MUNICÍPIO** poderá convocar o representante do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

8.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.12. O fiscal técnico do contrato deve comunicar ao gestor, em tempo hábil, o término sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes.

8.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

8.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9. DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

9.1. O faturamento do(s) serviço(s) prestado(s) ocorrerá (ão) no ato da entrega do(s) mesmo(s), conforme a Autorização de Fornecimento e nota de empenho, mediante apresentação do(s) documento(s) fiscal(is) hábil(eis) de fornecimento, sem emendas ou rasuras, e dos documentos de regularidade fiscal exigidos pelo art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento.

9.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **MUNICÍPIO**;

9.4. Os documentos fiscais, depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento após o recebimento dos mesmos.

9.5. Constatando-se, junto ao SICAF ou cadastro próprio do Município, a situação de irregularidade do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **MUNICÍPIO**.

9.5.1. Persistindo a irregularidade, o **MUNICÍPIO** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** a ampla defesa.

9.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** não regularize sua situação junto ao SICAF ou cadastro próprio do Município.

9.7. O pagamento dar-se-á à vista até o 30º (trigésimo) dia corrido, contados da finalização da liquidação da despesa, em favor do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, mediante ordem bancária



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000
Tel: (27) 3191-1022

em conta corrente em nome do mesmo, desde que não haja fator impeditivo provocado pelo **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**.

9.8. Após o prazo acima referenciado será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = \frac{VF \times 0,067 \times ND}{100}$$

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso

9.8.1. Incumbirá ao **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada fatura devida, a ser revisto e aprovado pelo **MUNICÍPIO**, juntando-se à respectiva discriminação do fornecimento efetuado, e o memorial de cálculo da fatura.

9.9. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que gere direito de acréscimos de qualquer natureza.

9.10. Serão retidos na fonte, os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de serviço, exceto se o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** for optante do SIMPLES NACIONAL, que obedecer a legislação específica.

9.10.1. O **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.11. Fica o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** obrigado a informar qualquer alteração de sua condição de optante pelo SIMPLES NACIONAL, sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis.

10. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

10.2. Para fins de habilitação jurídica, deverá o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** comprovar os requisitos dispostos no art. 62 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3. Para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista, deverá o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** comprovar os requisitos dispostos no art. 68 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3.1. Caso o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** Seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.2. O **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** enquadrado como micro empreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.4. Para fins de qualificação técnica, deverá o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** comprovar os requisitos dispostos no art. 67, da Lei Federal nº 14.133/2021 bem como das demais legislações vigentes.

10.4.1. As exigências quanto à **Qualificação Técnica** necessária seguem de modo expresse, sem prejuízo das disposições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, devendo **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** apresentar:

I) Declaração de disponibilidade de Alvará de Localização e Funcionamento ou autorização de funcionamento equivalente.

I.a) Durante a fase de habilitação, deverá obrigatoriamente ser apresentada declaração pelo(s) licitante(s) de disponibilidade de Alvará de Localização e Funcionamento sede do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** ou autorização de funcionamento equivalente expedido pelo órgão estadual ou municipal competente, ou declaração de que **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** reúne condições de apresentá-lo no ato de assinatura de ata de registro de preços, tendo em vista o previsto no Acórdão nº 1394/2018 – Primeira Câmara do TCE/ES.

I.b) O referido Alvará somente será exigidos do(s) vencedor(es) da licitação para fins de assinatura da ata de registro de preços ou outro documento equivalente.

I.c) Caso o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** apresente o Alvará de Localização e Funcionamento ou autorização de funcionamento equivalente, ou ainda, a sua isenção, juntamente com os documentos de habilitação, não haverá a necessidade de apresentação da declaração citada acima.

11. DO VALOR MÁXIMO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1. O valor máximo estimado para a presente aquisição será proveniente dos valores unitários e totais apurados na pesquisa de mercado, resultante de um levantamento de preços a ser realizado pelo Setor de Compras.

11.1.1 - Com base do Mapa de Apuração acostado ao ETP, obtivemos o valor global preliminar para a aquisição pretendida de R\$ 660.579,01 (seiscentos e sessenta mil, quinhentos e setenta e nove reais e um centavo), conforme discriminado no quadro de valores médios, cujos valores possuem o caráter estimatório.

11.1.2. O valor previamente estimado para a presente aquisição deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços estimados apresentados anexo, juntamente com constantes de bancos de dados públicos, e até mesmo fornecedores do ramo de atividade em questão e as quantidades a serem contratadas, e será apurado por meio de levantamento de preços realizado pelo Setor de Compras, considerando, para tanto, o art. 23 da Lei Federal nº 14.433/2021 e a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEMAD Nº 03/2023 (dispõe sobre o procedimento de pesquisa de preços para aquisição de bens e a contratação de serviços em geral, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Itaguaçu/ES).

11.2. Por se tratar de sistema de registro de preços, em regra fica dispensada a indicação de dotação orçamentária nos processos licitatórios, por não ser necessária a prévia reserva orçamentária, devendo ser informada somente a partir da autorização para a formalização do instrumento contratual, emissão da nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme o disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2.1. No entanto, para fins de cumprimento de requisitos operacionais inerentes ao lançamento de dados para submeter às informações aos órgãos de controle, segue abaixo dotação orçamentária:



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

020 - Secretaria Municipal de Administração

001 - Secretaria Municipal De Administracao

020001.0412200022.008 - Manutenção Das Atividades Da Secretaria De Administração

33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO

Ficha: 050

Fonte: 150000000000

12. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, ao **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da ATP sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução da ARP;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da ARP;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- m) praticar demais atos não previstos no presente tópico, mas apurados na execução da ARP.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 12.1, as seguintes sanções e penalidades:

- a) **Advertência:** quanto o **COMPROMISSARIO FORNECEDOR** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §2º, da NLLC;
- b) **Impedimento de licitar e contratar:** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem 12.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §4º, da NLLC;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar:** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem 12.1, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §5º, da NLLC;
- d) **Multa:**

I - Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

II - Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **MUNICIPIO**, consoante o disposto no art. 156, §9º, da NLLC.

12.4. Todas as sanções previstas neste tópico poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, consoante o disposto no art. 156, §7º, da NLLC.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157, da NLLC.

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **MUNICÍPIO** ao **COMPROMISSARIO FORNECEDOR**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o disposto no art. 156, §8º, da NLLC.

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **COMPROMISSARIO FORNECEDOR**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para ao **MUNICÍPIO**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 159.

12.8. A personalidade jurídica do **COMPROMISSARIO FORNECEDOR** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **COMPROMISSARIO FORNECEDOR**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, consoante o disposto no art. 160, da NLLC.

12.9. O **MUNICÍPIO** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituído no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme disposição do art. 161, da NLLC.

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Constituem motivos incondicionais para a rescisão do fornecimento as situações previstas no art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/21.



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

13.2. A participação de qualquer proponente no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições.

13.3. Naquilo que for omissa o presente Termo de Referência, reger-se-á especialmente pela Lei Federal 14.133/21 dentre outras normativas aplicadas no procedimento licitatório.

14. DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Responsável pela Elaboração: EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Itaguacu, 23 de março de 2026

Claudio Ferreira da Silva e Souza

Membro

Matricula 228154

Jose Carlos Canceglieri

Membro

Matricula 051020



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026-PLVL2

À Pregoeira,

A empresa _____, estabelecida na _____, nº _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, propõe o fornecimento do objeto licitado, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referência, de acordo com a planilha anexa.

Temos ciência que os itens adjudicados deverão ser entregues em um prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, após Autorização de Fornecimento, com a respectiva Nota de Empenho, emitida pelo Departamento de Compras.

DECLARAMOS QUE OS PRODUTOS DEVERÃO SER FORNECIDOS DE ACORDO COM AS QUANTIDADES ESTABELECIDAS EM CADA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO INDEPENDENTEMENTE DO QUANTITATIVO A SER ADQUIRIDO, DENTRO DO PRAZO ESTIPULADO.

Declaramos expressamente estarmos cientes que o pagamento dar-se-á à vista até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa, em favor do FORNECEDOR, mediante ordem bancária em conta corrente em nome do mesmo, desde que não haja fator impeditivo provocado pelo FORNECEDOR.

Informa que caso esta empresa seja vencedora do certame, o Sr(a). _____, (nome, nacionalidade, estado civil, profissão), portador(a) de CI nº _____, inscrito no CPF sob nº _____, residente e domiciliado (a) _____ (endereço), é quem assinará a ata de registro de preços/contrato ou instrumento substitutivo.

Caso esta empresa vencedora seja considerada vencedora do certame, os depósitos relativos a pagamento dar-se-ão através de ordem bancária, na conta corrente da empresa proponente nº _____, Banco _____, ag. _____.

Propõe o fornecimento objeto da licitação, obedecendo às estipulações do correspondente Edital e às especificações asseverando que o prazo de validade desta proposta é de _____ (_____) dias corridos contados da data da abertura da sessão pública, com efeito, suspensivo de contagem de tempo no caso de impetração de recursos por qualquer empresa proponente.

Declaramos, ainda, que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

E também, que os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Por ser de seu conhecimento, e conhecer todas as cláusulas e condições do Edital relativas a licitação supra, declara que aceita expressamente as condições do edital e, caso seja vencedora da



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

licitação, que procederemos com o fornecimento no prazo de entrega estipulado e de acordo com os preços unitários propostos e aceitos pelo Município.

Local e data

(Nome(s) e assinatura(s) do(s) responsável(eis) legal(is) da Proponente)
(Nome da Proponente)

Obs.: Este documento deverá ser apresentado à Pregoeira quando da convocação de que trata o item 9.21 deste edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

ANEXO ÚNICO DA PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026-PLVL2

Ítem	Especificação	Marca	Unidade	Quant	Unitário	Valor Total
00001	ESCOVA DE UNHA 12 X 8 X 1.8 CM para limpeza das unhas com cerdas de nylon macias que limpam suas unhas ou sua pele proporcionando uma massagem revigorante e refrescante. cabo anatômico em pvc de alta resistência e durabilidade. dimensões do produto ?12 x 8 x 1.8 cm; 12 g		UND	50,00		
00002	AGUA SANITARIA A BASE DE HIPOCLORITO DE SODIO, 5L destinado à limpeza, branqueamento e desinfecção em geral de superfícies e tecidos, com teor de cloro ativo entre 2,0% pp e 2,5% pp, deverá constar no rótulo, de forma clara, data de fabricação (mês e ano), prazo de validade (dia, mês e ano), registro no ministério da saúde, nome do responsável técnico com número de inscrição no conselho regional de farmácia ou de química, dados do fabricante ou importador (razão social, cnpj, endereço atualizado), quantidade, modo de usar, composição química detalhada, ingrediente químico ativo, forma de conservação e armazenamento, advertência para reutilização da embalagem, precauções, classe toxicológica (se houver), conduta em caso de acidentes e telefone de um centro de toxicologia, validade de no mínimo 06 (seis) meses a contar na data da entrega. não poderá conter em sua composição soda cáustica.		UND	1.300,00		
00003	AMACIANTE amaciante para roupas: o produto é indicado para processos de lavagem de roupas, em lavanderias de hospitais, clínicas, restaurantes, hotéis, motéis, pousadas, indústrias, frigoríficos, lavanderias industriais e comerciais em geral. devido à sua concentração, o produto é utilizado em pequenas dosagens, proporcionando agradável perfume e eficiência no amaciamento das roupas, facilita a remoção de água na centrifugação, calandragem e passadoria. galão de 50 litros.		GL	100,00		
00004	AMACIANTE LIQUIDO a base de composto quaternario de amonio, com acao anti-mofo, perfume suave, embalagem frasco plastico de 2 litros, contendo marca, identificacao do produto.		FR	2.000,00		
00005	BALDE PLASTICO, CAPACIDADE 12 LITROS, NA COR PRETA polietileno de alta densidade (pead), alta resistencia a impacto, paredes e fundo reforçados, reforco no encaixe da alca, alca em aco 1010/20 zincado, contendo marca, identificacao do produto.		UND	200,00		
00006	BOBINA PLASTICA PICOTADA, 30X40CM, 5L, 500 UNIDADES		RL	10,00		
00007	CAIXA ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVAS PLÁSTICO INCOLOR MEDIDAS APROXIMADAS .36,5X40,3X55,5CM capacidade 56l		UND	20,00		
00008	CAIXA ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVAS PLÁSTICO INCOLOR MEDIDAS APROXIMADAS 40,1X45,3X63,5CM capacidade 76 litros		UND	10,00		
00009	CAIXA PLÁSTICA EM POLIETILENO (PEAD) 40 LITROS COM TAMPA E TRAVA NA TAMPA medidas externas aproximadas: altura: 28cm, largura: 37cm, comprimento: 53cm . medidas internas aproximadas: altura: 26,5cm, largura: 33cm, comprimento: 46cm, capacidade: 40 litros, peso: 1,900kg		UND	10,00		
00010	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA 25 LITROS COM TAMPA E TRAVAS medidas externas aproximadas: comprimento 59,5cm, largura 38cm e altura 17,5 cm		UND	10,00		
00011	CALDEIRAO TIPO HOTEL 33 LITROS em aluminio. com tampa e duas alças		UND	10,00		
00012	CALDEIRAO TIPO HOTEL 40-46 LITROS em aluminio. com tampa e duas alças		UND	4,00		



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

00013	CANEAÇÃO EM ALUMÍNIO caneca capacidade aproximada de 3,5 litros - alumínio produto fabricado no melhor padrão de qualidade, com alumínio 100% puro. alças que proporcionam muita segurança para o manuseio. informações técnicas material revestimento interno alumínio. revestimento externo alumínio. pegador: - baquelite; - alumínio; - anatômico; - proporciona segurança.		UND	50,00		
00014	CESTO PARA LIXO COM PEDAL capacidade 14 litros, formato cilíndrico, em polietileno, de alta densidade, na cor branca, com tampa, resistente a impacto, paredes e fundo reforçados, embalagem contendo marca, identificação do produto.		UND	100,00		
00015	CLORO LÍQUIDO embalagem frasco plástico de 2 lt, contendo marca, identificação do produto.		UND	1.000,00		
00016	COLHER DE ARROZ EM AÇO INOX - tamanho mínimo: 20x85x290mm		UND	40,00		
00017	COLHER DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO pacote com 50 unidades. em material descartável e resistente. tamanho mínimo 18cm.		PCT	150,00		
00018	COLHER GRANDE EM AÇO INOXIDÁVEL, DE QUALIDADE COM CABO ANATÔMICO E ANTITERMICO tamanho aproximado: 30,5 x 6cm		UND	100,00		
00019	COLHER SOBREMESA DESCARTÁVEL - fabricadas em poliestireno 100% virgem; apresentável, prático e econômico. pacote com 50 und. tamanho mínimo 12,5cm.		PCT	150,00		
00020	CONCHA DE INOX TAMANHO MÉDIO para feijão/sopa. tamanho mínimo 28cm.		UND	10,00		
00021	COPO DESCARTÁVEL 200ML copo descartável, para água, capacidade de 200ml, alta resistência, resina termoplástica, não tóxica, branco leitoso, isento de materiais estranhos, bolhas, e rachaduras, normatizado pela abnt, pacote com 100 unidades, contendo marca, identificação do produto.		PCT	10.000,00		
00022	COPO DESCARTÁVEL 50ML em plástico, descartável, alta resistência, resina termoplástica, não tóxica, branco, isento de materiais estranhos, bolhas, rachaduras, furos, deformações, bordas afiadas e rebarbas. pacote contendo 100 unidades, padrão abnt, contendo marca, identificação do produto.		PCT	600,00		
00023	COPO VIDRO AMERICANO - 190ml		UND	244,00		
00024	CREME CONTRA ASSADURAS 3 EM 1 com ingredientes essenciais em uma fórmula que ajuda a prevenir as assaduras. embalagem disponível em bisnaga de no mínimo 40g.		UND	60,00		
00025	CREME DENTAL 90 GR com mínimo de 1.500 ppm de fluor, ação bacteriana, embalagem bisnaga com 90 gr, contendo marca, identificação do produto.		UND	90,00		
00026	CREME PARA CABELO 1 para massagem, composição a base de lanolina, babosa e pessego, embalagem pote com 1 kg, contendo marca, identificação do produto.		PTE	90,00		
00027	COADOR DE CAFÉ DE PANO TAMANHO - FEITO 100% EM ALGODÃO com aro de polipropileno e cabo de madeira; aro com 22 cm de diâmetro; industrial; medidas: diâmetro do aro: 22 cm ; profundidade 24cm; comprimento do cabo: 10cm.		UND	100,00		
00028	DESINFETANTE LÍQUIDO PARA USO GERAL ação bactericida e germicida, fragrância lavanda, embalagem frasco plástico com 2 lt, contendo marca, identificação do produto.		FR	2.000,00		
00029	DESODORIZADOR DE AMBIENTE, TIPO AEROSOL emulsificante, fragrância conservante, propelentes e veículo. lavanda perfuma o ambiente e elimina odores. neutralizador de odores. 360ml /300g. data de validade, fabricação e lote impressos na embalagem.		UND	300,00		



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

00030	DETERGENTE LIMPA PEDRAS ácido para remover sujeiras inorgânicas, encardidos de terra, excesso de rejuntas e calcificações. características físico químicas aspecto: líquido cor: preto acidez: 3,5 – 4,8 ml de naoh 0,2n composição ácido sulfônico, adjuvante, coadjuvante, corante e veículo, embalagem frasco plástico com 2lt contendo marca e identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.		UND	50,00		
00031	DETERGENTE NEUTRO 500 ML - glicerina coadjuvantes, conservantes sequestrantes, espessante e veículo, corante, controlador de ph, tensoativos aniônicos, fragrância e água. componente ativo: linear alquil benzeno sulfonato de sódio, lauril éter, tensoativo biodegradável. informação adicional: detergente excelente na remoção de gorduras e sujeiras das louças. validade a partir de um ano da data de entrega. data de fabricação e lote impressos na embalagem.		FR	10.000,00		
00032	EMBALAGEM DE ALUMÍNIO DESCARTÁVEL NO FORMATO REDONDO. capacidade de 1120ml com tampa de cartão aluminizado ideal para colocar comida em porção única, tamanho 21,5 x a 6,5cm caixa com 100 unidades		CX	5,00		
00033	ESCOVA PARA CABELO base de madeira, cerdas em material sintético, tamanho medio. embalagem com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.		UND	20,00		
00034	ESCOVA PARA LIMPAR CANTOS REJUNTE LIMPEZA PISO BANHEIRO. acessório com cerdas de nylon duro indicado para limpeza de rejunte e cantos sem danificar o revestimento. ponta raspadora para sujeiras mais difíceis. características: material: estrutura plástica resistente de longa duração. tamanho: 26 cm de altura x 2,5 cm de largura		UND	200,00		
00035	ESCOVA PARA LIMPEZA com cerdas em nylon, base de madeira, dimensoes 13 cm x 6 cm x 1cm. embalagem com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.		UND	400,00		
00036	ESCOVA PARA LIMPEZA DE VASO SANITARIO em nylon, com suporte plastico. embalagem com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.		UND	200,00		
00037	ESCUMADEIRA GRANDE EM MATERIAL AÇO INOX - tamanho mínimo 31cm.		UND	40,00		
00038	ESPONJA DE LA DE ACO CARBONO ABRASIVO para limpeza em geral. embalagem: pacote com 8 unidades, peso liquido nao inferior a 50 gramas, marca do fabricante, data de fabricacao e prazo de validade.		PCT	500,00		
00039	ESPONJA PARA BANHO em espuma de poliuretano, comprimento mínimo 11 cm e máximo 13 cm x largura mínima 6 cm e máxima 10 cm x altura mínima 2 cm e máxima 5 cm, embalagem contendo marca, identificacao do produto.		UND	1.200,00		
00040	ESPONJA SINTETICA, DUPLA FACE um lado em espuma poliuretano e outro em fibra sintetica abrasiva, dimensoes 100 x 70 x 20 mm, com variacao de +/- 10 mm. embalgem com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.		UND	3.500,00		
00041	ESPONJA INOX para utensílios de alumínio, embalagem unitária, para limpeza de sujeiras pesadas, resistente não solta farpas e não enferruja.		UND	400,00		
00042	FIBRA LIMPEZA MACIA NA COR BRANCA: composição manta não-tecido de fibras sintéticas, unidas através de resina de alta resistência. limpeza leve, em superfícies de fórmica, porcelana, cristal, prataria, vidro e acrílico. dimensão: 100mmx260mm validade indeterminada. pacotes com 10 fibras, na cor branca.		PCT	100,00		
00043	FIBRA LIMPEZA MACIA NA COR VERDE: composição manta não-tecido de fibras sintéticas, unidas através de resina de alta resistência. limpeza leve, em superfícies de fórmica, porcelana, cristal, prataria, vidro e acrílico. dimensão: 100mmx260mm validade indeterminada. pacotes com 10 fibras, na cor verde		PCT	150,00		
00044	FLANELA 100% ALGODAO - 38CM X 58CM bordas overloqueadas em linhas de algodao, dimensoes 38 x 58 cm, na cor amarela, para uso geral. embalagem com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.		UND	1.200,00		
00045	FOSFORO CONTENDO NO MINIMO 40 PALITOS embalagem: pacote com 10 caixas. - material com o selo do inmetro. embalagem com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.		PCT	500,00		



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

00046	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL - TAMANHO EG/XG característica: descartáveis, higiênicas, atóxicas, formato anatômico, barreiras antivazamentos, fitas adesivas laterais, sistema de absorção concentrada por gel, prazo de validade não inferior a 2 anos.		UND	10.000,00		
00047	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL - TAMANHO G característica: descartáveis, higiênicas, atóxicas, formato anatômico, barreiras antivazamentos, fitas adesivas laterais, sistema de absorção concentrada por gel, prazo de validade não inferior a 2 anos.		UND	10.000,00		
00048	FRIGIDEIRA ANTIADERENTE 30CM		UND	30,00		
00049	FRIGIDEIRA EM COM REVESTIMENTO INTERNO ANTIADERENTE resistente à abrasão. medindo aproximadamente 40 cm de diâmetro		UND	20,00		
00050	GARFO DE MESA EM MATERIAL AÇO INOX com no mínimo 18,70 cm		UND	200,00		
00051	GARFO DESCARTAVEL PARA REFEICAO REFORCADO, CINZA, GRANDE composição: poliestireno e pigmentos atoxicos. pacote lacrado com 50 unidades.		PCT	150,00		
00052	GARFO DESCARTAVEL PLASTICO PARA SOBREMESA contendo 50 unidades cada, com tamanho aproximado a 13 centímetros.		PCT	200,00		
00053	GARRAFA DE CAFE GARRAFA TÉRMICA 2,0L INOX alça embutida, pega confortável e sensação de estabilidade. possui "puxador" intuitivo para abrir a alça. botão de acionamento de aço inox. sistema corta – pingos, evita as gotas indesejadas após o servir. acabamento texturizado fingertip free, evitando marcas. sistema de trava embutida de fácil acionamento. corpo externo de aço inox e ampola de vidro. ampola de vidro para reposição: 61641/900. características: garrafas térmicas de mesa, seguindo os padrões constantes na norma brasileira para garrafas térmicas – nbr 13282 e conforme a versão atualizada emitida pela abnt – associação brasileira de normas técnicas. 1 ano (90 dias de garantia legal acrescidos 09 meses da garantia contratual) para vícios ou defeitos de fabricação. altura 31,2 cm largura 12,8 cm comprimento 14,8 cm peso 830 gr		UND	30,00		
00054	GARRAFA INOX TÉRMICA 1 L garrafa térmica de bomba com exclusivo sistema que não pinga, seu exterior em inox possui uma camada protetora de verniz que evita possíveis manchas, apresenta conservação térmica que garantirá líquidos quentes ou frios por muito mais tempo. dimensões aproximadas do produto. ?14.4 x 11.8 x 31.3 cm; 751 g		UND	50,00		
00055	GARRAFA TERMICA 12L isotérmico, maxitérmico, de 12 litros, em pu (poliuretano), na cor vermelha - com torneira		UND	10,00		
00056	GARRAFA TERMICA 5 LITROS modelo rolha, com alca e tampa, corpo revestido em plastico contra impacto, capacidade 05 litros. produto com etiqueta contendo dados de identificacao do produto e marca do fabricante.		UND	30,00		
00057	GEL PARA COBATE DE BARATAS é uma isca em gel altamente atrativa, sem cheiro, desenvolvido para o extermínio de baratas. pode ser aplicado nos mais diversos ambientes: casas, apartamentos, hospitais, cozinhas e outros. composição: indoxacarbe 0,6% p/p. coadjuvantes, desnaturante, estabilizante de emulsão, espessante e neutralizante 99,4 %p/p. aplicador com 10g.		UND	160,00		
00058	GEL PARA COBATE DE FORMIGAS é uma isca em gel altamente atrativa, sem cheiro, desenvolvido para o extermínio de baratas. pode ser aplicado nos mais diversos ambientes: casas, apartamentos, hospitais, cozinhas e outros. composição: indoxacarbe 0,01% p/p. coadjuvantes, desnaturante, estabilizante de emulsão, espessante e neutralizante 99,9 %p/p. aplicador com 10g.		UND	160,00		
00059	GUARDANAPO EM PAPEL ABSORVENTE folha simples, na cor branca, 4 dobras, dimensoes minimas 20 x 22 cm, 100% fibras naturais. embalagem: pacote com 50 unidades, com dados do fabricante, data de fabricacao e prazo de validade.		PCT	2.000,00		
00060	ISQUEIRO A GAS COR ALEATORIA nao recarregavel. 3 x 1,5 x 8. duracao longa. ate 3.000 chamas		UND	100,00		



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

00061	JOGO DE PANELA/ CONJUNTO COM 5 PANELAS EM ALUMÍNIO FUNDIDO nas numerações; 16, 18, 20, 22 e 24, alça em madeira envernizada e acompanhadas de tampa em alumínio repuxado e puxadores de madeira envernizada. panelas fundidas com alumínio de qualidade não enferrujam, mantém a temperatura do seu alimento por mais tempo. conjunto de panelas: panela nº 14 - 14cm de diâmetro 0900 ml de capacidade; panela nº 16 - 16cm de diâmetro 1200 ml de capacidade; panela nº 18 - 18cm de diâmetro 1600 ml de capacidade; panela nº 20 - 20cm de diâmetro 2600 ml de capacidade; panela nº 22 - 22 cm de diâmetro 2400 ml de capacidade.		JG	8,00		
00062	LENCOL DE CASAL KING 2,80 x 2,80 , na cor branca, composição 100 % algodão. com no mínimo 180 fios.		UND	200,00		
00063	LIMPA ALUMÍNIO não mancha e remove sujeiras incrustadas de fogões, panelas, leiteiras e outros utensílios de alumínio.500 ml		UND	700,00		
00064	LIMPA PISOS - LIMPEZA PESADA - 2LTS indicado para limpeza de pisos e superfícies laváveis como: cerâmicas em geral, mármore, granilite, ardósia, e calçadas em geral. diluível em água. princípio ativo: linear alquil benzeno sulfonato de sódio. composição: tensoativo aniônico, sequestrante e anti espumante. contém tensoativo biodegradável.		UND	800,00		
00065	LIMPA VIDRO LIQUIDO com pulverizador. embalagem plastica com 500 ml, com dados de identificacao do produto, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro ou notificacao na anvisa/ms.		UND	500,00		
00066	LIMPADOR INSTANTANEO MULTIUSO removedor de gorduras, composto de tensoativo nao ionico, coadjuvantes. embalagem frasco com 500 ml, com dados de identificacao do produto, marca do fabricante, prazo de validade e registro ou notificacao no ministerio da saude.		UND	1.600,00		
00067	LIXEIRA COM PEDAL 100L – BRANCO - descrição do produto: fabricadas em pp. pedal plástico, não havendo a necessidade de contato direto com as mãos. sua haste em metal é localizada na parte externa para evitar o acúmulo de resíduos. possui articulação com armação para segurar o saco de lixo e facilitar seu deslocamento do corpo da lixeira até que se solte com segurança. leve, atóxica e de fácil limpeza, 100% vedadas quando a tampa está fechada. modelo lixeira com pedal 100l medidas: altura: 86cm, largura: 44cm, comprimento: 58cm, peso: 4,64kg, cor: branco.		UND	30,00		
00068	LIXEIRA COM PEDAL 50L – BRANCO descrição do produto: fabricadas em pp. pedal plástico, não havendo a necessidade de contato direto com as mãos. sua haste em metal é localizada na parte externa para evitar o acúmulo de resíduos. possui articulação com armação para segurar o saco de lixo e facilitar seu deslocamento do corpo da lixeira até que se solte com segurança. leve, atóxica e de fácil limpeza, 100% vedadas quando a tampa está fechada. = modelo lixeira com pedal 50l medidas comprimento base: 20cm largura tampa: 43cm largura base: 33cm altura: 70cm capacidade 50 litros.		UND	10,00		
00069	LIXEIRA COM PEDAL BRANCO 30 LITROS produzido e polipropileno de alta densidade, indicado para coleta seletiva de resíduos em areas internas e externas, possui em sua fabricação compostos que protege contra raios uv. podendo ficar rexpoto ao tempo sem desbotar a cor. medida aproximadamente: 47x77x40cm e capacidade de 30 litros		UND	16,00		
00070	LIXEIRA FABRICADA EM PLÁSTICO POLIPROPILENO (PP) COM ARMAÇÃO EM AÇO CARBONO SAE 1020 GALVANIZADO. acompanha parafusos de fixação da tampa no suporte e quatro ponteiras para proteger o piso contra eventuais riscos. acionamento da tampa através de pedal para comportar lixos infectantes, para atender hospitais, postos de saúde, centros médicos. deve possuir adesivo identificador de resíduos infectantes. capacidade 100 litros.		UND	5,00		
00071	LUSTRA-MOVEIS produzido à base de: óleo mineral, óleo vegetal, solvente mineral, solvente vegetal e aromatizante e tem efeito hidratante sobre a superfície onde é aplicado. embalagem vidro com p 200ml contendo marca e identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade.		UND	20,00		
00072	MANGUEIRA PARA GAS DE COZINHA com certificado do imetro		MT	40,00		
00073	PA COLETORA PARA LIXO em polietileno, e lamina de borracha encaixada no corpo da pa, cabo anatomico em aluminio com dimensao de 70 cm, contendo marca, identificacao do produto.		UND	150,00		



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

00074	PANELA DE PRESSAO 7 LITROS EM ALUMINIO POLIDO		UND	20,00		
00075	PANELA DE PRESSAO EM ALUMINIO POLIDO, FECHAMENTO EXTERNO ASAS BAQUELITE capacidade de 15l, 31cm (d) x 22cm (a) testada e aprovada pelo inmetro		UND	10,00		
00076	PANELA EM ALUMINIO FUNDIDO TIPO CACAROLA N 24 acompanha tampa. alça em madeira		UND	20,00		
00077	PANELA N°32 EM ALUMINIO FUNDIDO BATIDO GROSSO diâmetro: 32 cm. capacidade: 8 litros. material: alumínio fundido batido. altura até a borda: 12,5 cm. altura até o cabo: 15 cm. espessura da panela: grossa 5mm. material dos cabos: madeira marfim envernizados. acompanha tampa: sim. material das tampas: alumínio industrial leve. material do pegador da tampa: baquelite um material especial que resiste a altas temperaturas sem esquentar. indicado para fogão: gás, lenha, etc.. super resistentes. excelente durabilidade. não quebra. não enferruja		UND	4,00		
00078	PANO DE CHAO, TIPO SACO, 100% ALGODAO alvejado, bordas com acabamento em overlock, dimensoes 70 x 50 cm e peso 100 g, com variacao de +/- 5%. etiqueta com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.		UND	400,00		
00079	PANO DE CHÃO EM MICROFIBRA no mínimo 80 x 50 centímetros, absorvente, não solta fiapos.		UND	200,00		
00080	PANO DE PRATO ABERTO, 100% ALGODAO alvejado, sem estampa, bordas com acabamento em overlock, alta absorcao, dimensoes 75 x 45 cm e peso 70 g, com variacao de +/- 5%. etiqueta com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.		UND	500,00		
00081	PAPEL ALUMINIO CONTENDO 30 CENTIMETROS DE LARGURA com 7,5 metros de comprimento embalados em caixa de papel com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.		RL	230,00		
00082	PAPEL FILME C/ 30 M X 28 CM		RL	260,00		
00083	PAPEL HIGIENICO FOLHA DUPLA, 30 METROS 30mtx10cm pct: 04 rolos cor: branco composição: 100% celulose		PCT	15.000,00		
00084	PAPEL TOALHA EM ROLO folha dupla absorvente, picotada, de fibras celulosicas, dimensoes 22,0 x 20,0 cm, com variacao de +/- 1 cm. embalagem com 02 rolos, contendo +/- 60 toalhas cada rolo, com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.		PCT	900,00		
00085	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO COM 1000 FOLHAS, 03 dobras, branco, sem odor, textura com relevo sensível ao tato (gofrado), 100% fibra celulosica virgem, nao reciclado, largura minima 23cm, comprimento minimo 26cm e maximo 27cm, gramatura minima 29g/m² embalagem: pacote com a marca do fabricante, quantidade de dobras, dimensoes, indicacao de nao reciclado, cor e lote do produto, sendo todos os dizeres na lingua portuguesa. criterios de conferencia e inspecao no recebimento: visual, por cheiro, tato e medicao.		PCT	3.000,00		
00086	PEDRA SANITARIA 40G com suporte (diversas fragancias)		UND	350,00		
00087	POTE DE PLASTICODE 03 LITROS hermético retangular, fabricado em material plástico resistente, ideal para o armazenamento de refeições, frutas, biscoitos e demais tipos de alimento, podendo também ser utilizado para outras finalidades. sua qualidade permite ser levado normalmente ao microondas e freezer.possui paredes espessas e excelente resistência.		UND	50,00		
00088	POTE DE PLASTICODE 05 LITROS hermético retangular, fabricado em material plástico resistente, ideal para o armazenamento de refeições, frutas, biscoitos e demais tipos de alimento, podendo também ser utilizado para outras finalidades. sua qualidade permite ser levado normalmente ao microondas e freezer.possui paredes espessas e excelente resistência.		UND	50,00		
00089	POTE EM PLASTICO NO FORMATO RETANGULAR COM CAPACIDADE 7 LITROS com tampa hermética		UND	20,00		
00090	PRATO DE ISOPOR, 23CM, pacote contendo 20 unidades.		PCT	200,00		
00091	PRATO DE VIDRO TIPO FUNDO TRANSPARENTE		UND	400,00		



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

00092	PRATO DESCARTAVEL PARA SOBREMESA, contento 10 unidades cada, com tamanho aproximado a 15 centímetros.		PCT	200,00		
00093	RODO PARA PISO COM 2 BORRACHAS - 40CM base em plastico comprimento 400 mm, cabo em madeira comprimento 1200 mm, podendo ter variacao dimensional de +/- 5 %, as borrachas deverao ultrapassar a base em no minimo 10 mm.		UND	200,00		
00094	RODO PARA PISO COM 2 BORRACHAS - 60CM base em plastico comprimento 600 mm, cabo em madeira comprimento 1200 mm, podendo ter variacao dimensional de +/- 5 %, as borrachas deverao ultrapassar a base em no minimo 10 mm.		UND	200,00		
00095	SABAO DE COCO, A BASE DE OLEO DE COCO embalagem: pacote com 1 kg, contendo 5 tabletes de 200 g cada com dados de identificacao do produto, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro no ministerio da saude.		PCT	400,00		
00096	SABAO EM BARRA, MULTI-USO para limpeza em geral, biodegradavel. embalagem com 5 unidades de 200 g cada, com nome dados de identificacao do produto, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade, registro ou notificacao na anvisa/ministerio da saude.		PCT	500,00		
00097	SABONETE LIQUIDO CREMOSO de fragrancia agradavel, hidratante. embalagem com bico para facil manuseio : com 500g, com dados de identificacao do produto, marca do fabricante, data de fabricacao, prazo de validade e registro ou notificacao na anvisa/ministerio da saude.		UND	400,00		
00098	SABONETE LIQUIDO EMBALAGEM 05 LITROS com formulação cuidadosamente balanceada, destinada a limpeza suave das mãos e do rosto e que não agride a pele. fragrancia de erva doce, ph neutro, aparencia liquido perolado, odor perfumado, pronto para usar, sem diluir		UND	300,00		
00099	SABONETE LÍQUIDO INFANTIL PARA BANHO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM FRACO DE 200 ML hipoalergênico, atóxico, com perfume suave, contendo impressa a validade, os dados do produto, do fabricante e registro da anvisa		UND	400,00		
00100	SACO LIXO ROLO 30 LITROS P/ LIXO classe i em resina termoplastica virgem ou reciclada largura 59 cm podendo variar +/- 1 0 cm altura minima de 62 cm capacidade nominal para 30 litros. embalagem: pacote com 50 unidades a embalagem devera informar a marca do fabricante dimensoes do saco quantidade e os dizeres manter fora do alcance de criancas uso exclusivo para lixo e saco nao adequado a conteudos perfurantes o produto devera atender normas abnt nbr 9191 sobretudo no que diz respeito aos metodos de ensaio: condicionamento medidas resistencia ao levantamento resistencia a queda livre verificacao da estanqueidade resistencia de filmes a perfuracao estatica determinacao da capacidade volumetrica e verificacao da transparencia e certificado pelo inmetro		RL	2.500,00		
00101	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS HOSPITALARES/INFECTANTES CAPACIDADE 30 LITROS constituido de polietileno em alta densidade (pead) virgem, oferecendo uma perfeita resistencia mecanica e proporcionando a opacidade necessaria a aplicacao. a solda do fundo é de tipo estrela, contínua, homogenea e uniforme vedado completamente e não permitindo a perda do conteudo durante o manuseio, de acordo com a norma tecnica 9191, diminuindo assim o risco de contaminação ou infecção das areas por onde circula o material utilizado na fabricação é virgem e de alta qualidade, gerando um produto compativel com outros padrões da abnt e do ipt (instituto de pesquisas tecnologicas), pacote com 100 unidades.		PCT	800,00		
00102	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALARES/INFECTANTES CAPACIDADE DE 50 LITROS constituido de polietileno em alta densidade (pead) virgem, oferecendo uma perfeita resistencia mecânica e proporcionando a opacidade necessária a aplicacao. a solda do fundo é de tipo estrela, contínua, homogenea e uniforme vedado completamente e não permitindo a perda do conteudo durante o manuseio, de acordo com a norma tecnica 9191, diminuindo assim o risco de contaminação ou infecção das areas por onde circula o material utilizado na fabricação é virgem e de alta qualidade, gerando um produto compativel com outros padrões da abnt e do ipt (instituto de pesquisas tecnologicas), pacote com 100 unidades.		PCT	200,00		



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

00103	SACO PLASTICO PARA LIXO 100 LITROS - PAREDE DUPLA confeccionados em plastico reciclado, cor preta, reforçado, alta resistencia. a embalagem deverá conter dados do fabricante ou importador, quantidade, composição química detalhada, conduta em casos de acidentes, conforme especificações estabelecidas pela norma nbr 9191 da abnt. medindo no mínimo 750mm de largura, 900mm de altura e 0,095mm de espessura (parede dupla). pacote com 100 unidades.		PCT	4.000,00		
00104	SACOLA PLASTICA, LISA E TRANSPARENTE 5 KG para embalagem capacidade 5 kg alta densidade dimensao 35 cm x 50 cm micragem 3 embalagem: rolo com no minimo 500 unidades contendo a identificacao do produto como marca do fabricante e dimensoes		RL	250,00		
00105	SAPONACEO EM PO, COM CLORO embalagem com 300 g, com dados de identificacao do produto, marca do fabricante, data de fabricacao prazo de validade.		UND	200,00		
00106	SAPONACEO LIQUIDO cremoso; composto por linear alquilbenzeno; sulfato de sodio; iônico; alcalinizante; abrasivo; essencial água; embalagem: frasco plástico e opaco de 300ml		UND	500,00		
00107	SHAMPOO PARA USO INFANTIL, COM PH BALANCEADO - 350ML em embalagem de 350 ml. não provoca ardência nos olhos. para uso em crianças de 06 meses acima. com perfume delicado. aprovado pela anvisa.		UND	400,00		
00108	TOALHA DE BANHO NA COR BRANCA COM COMPOSICAO DE 90% A 100% ALGODAO com aproximadamente 70 cm (l) x 130 cm (c) gramatura em torno de 380g/m²		UND	500,00		
00109	VASSOURA CERDAS EM NYLON base retangular em madeira largura 250 mm, cabo em madeira comprimento 1100 mm, variacao dimensional de +/-5%, com ponteira plastica rosqueavel. embalagem contendo a identificacao do produto como marca do fabricante e dimensoes		UND	140,00		
00110	VASSOURA CERDAS EM PIACAVA base retangular em madeira largura 220 mm, com 22 furos, cabo em madeira comprimento 1100 mm, variacao dimensional de +/- 5%. embalagem contendo a identificacao do produto como marca do fabricante e dimensoes		UND	500,00		
00111	VASSOURA DE MELGA (sorgo), reforçada, formada pela juncao de tres ou mais fardos de sorgo (cada fardo deve conter mais de 15 pendoes), cortes das sobras (acabamento) 5 cm acima do ultimo amarrado.		UND	330,00		
00112	VASSOURA EM PELO base retangular largura 300 mm, cabo em madeira comprimento 1100 mm, variacao dimensional de +/- 5%, com ponteira plastica rosqueavel. embalagem contendo a identificacao do produto como marca do fabricante e dimensoes		UND	200,00		
00113	BARBANTE 100% ALGODÃO CRÚ - 100% ALGODÃO, 8 FIOS,		UND	40,00		
00114	TOALHA DE ROSTO MEDINDO 45CM X 70CM, EM TECIDO FELPUDO NA COR BRANCA 100% algodão, macia, resistente, isenta de qualquer defeito. deverá possior excelente acabamento e etiqueta contendo a identificação do produto, bem como marca do fabricante e dimensões.		UND	50,00		
00115	FILTRO DE CAFÉ DESCARTÁVEL N° 103, CONFECCIONADO EM PAPEL, COM MICROFUIROS caixa com 30 unidades		CX	300,00		
00116	PANO DE PRATO, 100% ALGODAO, MEDINDO 70CM X 50CM		UND	500,00		
00117	PANELA DE PRESSÃO 20 LITROS em alumínio com alças, válvula removível, fechamento externo, com válvulas de segurança.		UND	6,00		
00118	SUPORTE PARA COADOR DE CAFÉ, EM PLÁSTICO, COMPATÍVEL COM PAPEL FILTRO DE CAFE N° 103		UND	50,00		
00119	XICARA COM CAPACIDADE DE 300 ML EM VIDRO TRANSPARENTE caixa contendo 12 unidades		DZ	30,00		
00120	ALCOOL EM GEL 70% FRASCO DE 500ML certificado inmetro, embalagem plasticas de 500ml, contendo marca, identificacao do produto.		UND	500,00		
00121	ALCOOL ETILICO HIDRATADO LIQUIDO COM 70% certificado inmetro embalagem caixa com 12 unidades plásticas 1l, contendo marca e identificação do produto.		CX	3.000,00		
00122	DESINFETANTE LIQUIDO A BASE DE EUCALIPTO para uso geral, acao bactericida e germicida, embalagem frasco plastico com 2 lt, contendo marca, identificacao do produto.		UND	1.000,00		



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

00123	HASTES FLEXIVEIS DE PLASTICO COM ALGODAO NAS PONTAS embalagem caixa com 75 unidades, contendo marca, identificacao do produto.		CX	160,00		
00124	PREGADOR DE ROUPA EM MADEIRA embalagem com 12 unidades, com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.		PCT	280,00		
00125	RODO GRANDE COM 01 BORRACHA base em metal, comprimento 600 mm, cabo em madeira com encaixe rosqueado comprimento 1200 mm, podendo ter variacao dimensional de +/- 5 %, a borracha devera ultrapassar a base em no minimo 10 mm. com dados de identificacao do produto e marca do fabricante.		UND	100,00		
00126	SABAO EM PO COM DETERGENTES PARA LAVAR ROUPAS, composto de tensoativo anionico, coadjuvantes, sinergista, branqueador optico, tamponantes, corante, fragancia, essencia, carga, água, alquil benzeno, sulfonato de sodio, acondicionado em caixas de papelao ou embalagens plásticas de 1,6 kg.		UND	6.000,00		
00127	TAPETE DE PORTA DE ENTRADA anti-derrapante, escrito bem vindo, medida 40x60cm, cor preto. composição do produto: parte superior 100% polipropileno, parte inferior base 71% juta 29% polipropileno. modelo: bem vindo. cor: preto.		UND	30,00		
00128	TOALHA DE CHAO, 50CM X 105CM APROXIMADAMENTE 100% algodão, embalagem contendo a identificacao do produto como marca do fabricante e dimensoes		UND	200,00		
00129	TOUCA DESCARTAVEL - TAMANHO UNICO - COR BRANCA . touca descartável confeccionada em tecido de fibras sintéticas com elástico na borda, tamanho único, cor branca. proteção da cabeça e cabelos durante trabalhos em locais restritos de cozinha e restaurante, padaria, unidades de saúde e laboratórios. com 100 unidades.		PCT	200,00		
00130	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS HOSPITALARES/INFECTANTES CAPACIDADE 100 LITROS constituído de polietileno em alta densidade (pead) virgem, oferecendo uma perfeita resistencia mecanica e proporcionando a opacidade necessaria a aplicação. a solda do fundo é de tipo estrela, contínua, homogenea e uniforme vedado completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a norma tecnica 9191, diminuindo assim o risco de contaminação ou infecção das areas por onde circula o material utilizado na fabricação é virgem e de alta qualidade, gerando um produto compatível com outros padrões da abnt e do ipt (instituto de pesquisas tecnologicas), pacote com 100 unidades.		PCT	1.000,00		
00131	SACO PLASTICO PARA LIXO CAPACIDADE 50 LITROS - 10 MICRAS classe i, em resina termoplastica virgem, largura 75 cm, podendo variar +/- 1,0 cm, altura minima de 105 cm, capacidade nominal para 50 litros, na cor azul. embalagem: pacote com 50 unidades. a embalagem devera informar a marca do fabricante, dimensoes do saco, quantidade. o produto devera atender normas abnt nbr 9191 e sobretudo no que diz respeito aos metodos de ensaio: condicionamento, medidas, resistencia ao levantamento, resistencia a queda livre, verificacao da estanqueidade, resistencia de filmes a perfuracao estatica, determinacao da capacidade volumetrica e verificacao da transparencia e certificado pelo inmetro.		RL	2.000,00		
00132	SACOLA PLASTICA, LISA, TRANSPARENTE. com capacidade para 2kg com ,20 cm de larg x 30 cm de comprimento rolo com no minimo 500 unidades embalagem contendo a identificacao do produto como marca do fabricante e dimensoes		RL	70,00		
00133	PANELA TIPO CAÇAROLA EM ALUMINIO BATIDO N°36 COM TAMPA		UND	10,00		



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br
Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000
Tel: (27) 3191-1022

Local e data

(Nome(s) e assinatura(s) do(s) responsável(eis) legal(is) da Proponente)
(Nome da Proponente)



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026-PLVL2

A empresa _____, estabelecida na _____, nº _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, participante da licitação acima especificada, por seu representante legal, declara que:

a) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo.

b) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.

c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

e) que a proposta foi elaborada de forma independente.

f) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

g) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

h) que recebeu os documentos pertinentes ao PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/____ e tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste processo licitatório e,

i) de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, não podendo alegar em momento futuro quaisquer acréscimos de custos devidos a desconhecimento do local e de suas possíveis interferências e peculiaridades.

j) que dispomos de Alvará de Localização e Funcionamento sede da empresa licitante ou autorização de funcionamento equivalente expedido pelo órgão estadual ou municipal competente, de conformidade com objeto contratual e compatível com o objeto da licitação, o qual será apresentado no ato de assinatura do contrato ou outro documento equivalente.

k) que cumpre os requisitos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

k.1) que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte previsto na LC 123/2006 e suas alterações, para fins do disposto no artigo 4º, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021.

(aqui indicar se cumpre ou não cumpre, conforme enquadramento da empresa já devidamente declarado na plataforma que se processou o certame e ainda se não celebrou contratos que ultrapassem o valor estipulado para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme LC 123/2006).

Local e data

(Nome(s) e assinatura(s) do(s) responsável(eis) legal(is) da Proponente)
(Nome da Proponente)

Obs.: Este documento deverá ser apresentado à Pregoeira no rol dos documentos de habilitação, quando da convocação prevista no Item 10.5 do edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

ANEXO IV – MODELO DE MEMORIAL ÍNDICES E DECLARAÇÃO/ATESTES PROFISSIONAL CONTÁBIL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026-PLVL2

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ com endereço na _____, por intermédio de seu profissional contábil, o Sr (a) _____, inscrito no CRC sob o nº _____, ora responsável pelas informações e demonstrações contábeis, **DECLARA e ATESTA** o pleno atendimento aos índices econômicos previstos e exigidos no edital do Pregão Eletrônico nº ____/2026, conforme memorial de índices abaixo descrito:

MEMORIAL ÍNDICES DE LIQUIDEZ

LEGENDAS:

LG - Liquidez Geral
SG - Solvência Geral
LC - Liquidez Corrente
AC - Ativo Circulante
RLP - Realizável a Longo Prazo
AT - Ativo Total
PC - Passivo Circulante
PNC – Passivo Não Circulante

Valores (em R\$) extraídos do Balanço Patrimonial - Exercício

AC =

RLP =

AT =

PC =

ELP =

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC} = \frac{..... +}{..... +} = \frac{.....}{.....} =$$

$$SG = \frac{AT}{PC + PNC} = \frac{.....}{..... +} = \frac{.....}{.....} =$$

$$LC = \frac{AC}{PC} = \frac{.....}{.....} =$$

LOCAL E DATA

Nome do contador

CI n.º:

CPF n.º

CRC

Obs.: Este Memorial, juntamente com a declaração deverá ser preenchida e assinada pelo contador da empresa, devidamente habilitado na área contábil e deverá ser apresentado à Pregoeira no rol dos documentos de habilitação, quando da convocação prevista no Item 10.5 do edital.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

ANEXO V – MODELO DA MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026-PLVL2

O **MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU/ES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Vicente Peixoto de Mello nº 08, Itaguaçu - ES, CNPJ nº 27.167.451/0001-74, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Srº. DARLY DETTMANN**, matrícula nº 228113, doravante denominado **MUNICÍPIO** e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, representada neste ato pelo seu representante legal, o Sr. _____, CPF nº _____, residente e domiciliado a _____, doravante denominado **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, resolvem registrar os preços, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, considerando o processamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 011/2026**, bem como, a respectiva homologação conforme **Processo Administrativo nº 2026-PLVL2**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 11.150/2024 de 18/04/2024 (que regulamenta o Sistema de Registro de Preços), pelas demais legislações aplicáveis ao tema, inclusive os Princípios Gerais do Direito, e em conformidade com as disposições a seguir:

Integra a presente Ata de Registro de Preços, a Secretaria Municipal de Administração, representado pela senhora **Edvânia Sônia Pagung Soares da Mota**, matrícula nº 225165, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**, nos termos do Decreto Municipal nº 11.427/2025 de 01/01/2025.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 A presente ata tem por objeto o Registro de Preços para a aquisição de materiais de limpeza e produção de higienização, materiais de copa e cozinha, materiais de acondicionamento e embalagem, e outros materiais de consumo para uso das Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Anexo I desta Ata de Registro de Preços, bem como Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 011/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E REAJUSTAMENTO

2.1 – O valor global da presente Ata de Registro de Preços é estimada em R\$ _____ (_____), de acordo com a proposta vencedora.

2.1.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem no **anexo I** desta ata.

2.2 - Nos preços a serem pagos pelos produtos, objeto deste instrumento estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes à compra.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como **anexo II** desta Ata, estando em conformidade com o artigo 18 da IN nº 02/2024, deste Município.

2.4 - Os preços poderão registrados poderão ser alterados ou atualizados nos termos do Decreto nº 11.150/2024.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1 – O órgão gerenciador da presente ata será o Município de Itaguaçu, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, nos termos do art. 8º da IN nº 02/2024.

3.2 – Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4 CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 – Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos dispostos no art. 31, da IN nº 02/2024, deste Município.

4.2 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada, observado o prazo de vigência da ata.

4.4 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.5 - Dos limites para as adesões

4.5.1 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.5.2 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.6 – Vedação a acréscimo de quantitativo

4.6.1 - Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na ata de registro de preços, à exceção da renovação dos quantitativos em caso de prorrogação por novo período.

4.6.2 - Os limites quantitativos serão renovados em caso de prorrogação da ata de registro de preços.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

5 - CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1 - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir à data de sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço registrado, mediante interesse justificado da administração municipal.

5.1.1 – No caso de prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, as quantidades registradas poderão ser renovadas.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará o disposto no Parágrafo Único, do art. 22, da IN nº 02/2024, deste Município.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 - A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5.2.1 - O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme o disposto no art. 36, da IN nº 02/2024, deste Município.

5.4 - Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1 - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observado o disposto no inciso IV do caput do art. 16, da IN nº 02/2024;

5.4.2 - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos preços:

a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

b) dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

5.4.3 - será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

5.5 - O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7 - A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2, “b”, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

5.7.1 - Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2 - Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8 - O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6 – CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, de acordo com o art. 25 da IN nº 02/2024, nas seguintes situações:

6.1.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

6.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

6.1.3 - Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

6.1.3.2 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1 - Na hipótese de o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

7.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como do art. 26 da IN nº 02/2024.

7.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como o art. 36, da IN nº 02/2024 deste Município.

8 – CLÁUSULA OITAVA – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 - O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1 - De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2 - De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

8.4 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 da IN nº 02/2024, deste Município.

8.5 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7 - Na hipótese da compra centralizada/corporativa, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9 – CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado; ou

9.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1 - Por razão de interesse público;

9.4.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

9.4.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

10 – CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

10.1 - Comete infração administrativa, nos termos do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** que:

- a) der causa à inexecução parcial da ata;
- b) der causa à inexecução parcial da ARP que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total da ata;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da ATP sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução da ARP;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução da ARP;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- m) praticar demais atos não previstos no presente tópico, mas apurados na execução da ARP.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 10.1, as seguintes sanções e penalidades:

- a) **Advertência:** quanto o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §2º, da NLLC;
- b) **Impedimento de licitar e contratar:** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem 10.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §4º, da NLLC;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar:** quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem 10.1, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §5º, da NLLC;
- d) **Multa:**

I - Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

II - Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

10.3. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **MUNICÍPIO**, consoante o disposto no art. 156, §9º, da NLLC.

10.4. Todas as sanções previstas neste tópico poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, consoante o disposto no art. 156, §7º, da NLLC.

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157, da NLLC.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **MUNICÍPIO** ao **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o disposto no art. 156, §8º, da NLLC.

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para ao **MUNICÍPIO**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 159.

10.8. A personalidade jurídica do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, consoante o disposto no art. 160, da NLLC.

10.9. O **MUNICÍPIO** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme disposição do art. 161, da NLLC.

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

10.11 - As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.12 - É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.13 - O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

11.1. O faturamento do(s) produto(s) ocorrerá(ão) no ato da entrega do(s) mesmo(s), conforme a Autorização de Fornecimento e nota de empenho, mediante apresentação do(s) documento(s) fiscal(is) hábil(eis) de fornecimento, sem emendas ou rasuras, e dos documentos de regularidade fiscal exigidos pelo art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

11.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento.

11.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **MUNICÍPIO**.

11.4. Os documentos fiscais, depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento após o recebimento dos mesmos.

11.5. Constatando-se, junto ao SICAF ou cadastro próprio do Município, a situação de irregularidade do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **MUNICÍPIO**.

11.5.1. Persistindo a irregularidade, o **MUNICÍPIO** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** a ampla defesa.

11.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata, caso o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** não regularize sua situação junto ao SICAF ou cadastro próprio do Município.

11.7. O pagamento dar-se-á à vista até o 30º (trigésimo) dia corrido, contados da finalização da liquidação da despesa, em favor do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, mediante ordem bancária em conta corrente em nome do mesmo, desde que não haja fator impeditivo provocado pelo **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**.

11.8. Após o prazo acima referenciado será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = \frac{VF \times 0,067 \times ND}{100}$$

100

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

11.8.1. Incumbirá ao **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada fatura devida, a ser revisto e aprovado pelo **MUNICÍPIO**, juntando-se à respectiva discriminação do fornecimento efetuado, e o memorial de cálculo da fatura.

11.9. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que gere direito de acréscimos de qualquer natureza.

11.10. Serão retidos na fonte, os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de material, exceto se o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** for optante do SIMPLES NACIONAL, que obedecer a legislação específica.

11.10.1. O **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.11. Fica o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** obrigado a informar qualquer alteração de sua condição de optante pelo SIMPLES NACIONAL, sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis.

12 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes do objeto do REGISTRO DE PREÇOS, ora licitado, correrão à conta das respectivas dotações orçamentária dos órgãos que da Ata se utilizar e serão especificadas no tempo da ordem de emissão do fornecimento ou da elaboração do contrato ou instrumento substitutivo.

13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO E GARANTIA PELO FORNECIMENTO

13.1. DO FORNECIMENTO

13.1.1. O objeto da presente contratação será entregue **parceladamente de acordo com a solicitação**, feita por meio de Autorização de Fornecimento (AF), expedida pela secretaria solicitante, informando a quantidade do objeto a ser entregue, tendo este o descritivo do mesmo descrito no contrato, obrigando-se a proponente a substituir quando não atender as características e vier a ser recusado.

13.1.2. O recebimento dar-se-á mediante apresentação das Notas Fiscais de Venda no local da entrega especificado abaixo, dos materiais solicitados pelas Secretarias Municipais, de acordo com as necessidades das Secretarias requerentes, conforme contratação a ser realizada.

a) Para os itens solicitados pelas Secretarias de Administração, Assistência Social, Finanças, Agricultura e Meio Ambiente, Interior e Transportes, Educação e Cultura, Esportes e Turismo e Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano a entrega será efetivada no **Almoxarifado Municipal**, localizado na Rua Neuza Maciel da Silva, Nº 212, Centro de Itaguaçu (sentido ao bairro Cohab – Otto Luiz Hoffmann), Tel (27) 3191-1022 Ramal 3024, no horário de 7:30 às 11:00 e 12:30 às 16:00 horas de segunda-feira à quinta-feira, diante de servidor responsável.

b) Para os itens solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde deverão ser entregues diretamente no **Almoxarifado da Saúde** localizado na Unidade Municipal de Urgência e Emergência Nossa Senhora da Boa Família, situado na Alameda Mateus Antônio Prederigo, 01 –



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

Centro, Itaguaçu, telefone 27 3191-1022 ramal 3061, no horário de 07h00min as 16h00min, de segunda-feira à quinta-feira, diante de servidor responsável.

13.1.3. Os produtos a serem adquiridos deverão seguir as especificações técnicas, modelos e quantidades descritas nos pedidos de compras anexos, efetuados pelas Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde.

13.1.4. Não serão aceitas variações nas medidas, modelos dos produtos especificados no pedido de compras.

13.1.5. Os produtos devem ser:

- a) de excelente qualidade e acabamento, sem falhas ou quaisquer outras avarias, obedecendo as especificações;
- b) de alta resistência e de modo a proporcionar segurança ao usuário;
- c) entregues obedecendo rigorosamente as cláusulas do Edital e seus anexos;
- d) entregues em perfeitas condições de armazenagem e em perfeitas condições de uso.

13.1.6. O **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** deverá assegurar o pleno cumprimento das obrigações no prazo estipulado, na quantidade e qualidade dos produtos especificados e contidos nesta ata.

13.2. DA GARANTIA PELO FORNECIMENTO

13.2.1. O **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** deverá garantir pelo prazo descrito nesta ata o fornecimento dos materiais conforme pactuado.

13.2.2. Durante o prazo de garantia dos materiais o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** fica obrigado a substituir os mesmos sempre que houver vício, no prazo 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação do problema, sem ônus para o **MUNICÍPIO**.

13.2. 3. A garantia aqui requerida não trará prejuízo a eventuais garantias adicionais fornecidas pelo **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**.

14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR E DO MUNICÍPIO

14.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, em atendimento ao seu art. 89, §2º, são obrigações do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**:

I) Cumprir fielmente, os compromissos avençados de forma que a entrega dos produtos seja efetuada com pontualidade, dentro do prazo estipulado, bem como seja feita com esmero e perfeição e devendo ainda solucionar os problemas que porventura venham a surgir;

II) Comunicar imediatamente e por escrito pelo **MUNICÍPIO**, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

III) Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos, objeto da presente aquisição;

IV) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente aquisição;

V) O envio adequado do objeto, responsabilizando-se pelas deteriorações ocorridas decorrentes de más condições de acondicionamento ou transporte dos mesmos;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

- VI) Verificar se o objeto disponibilizado atende as normas de padrão de identidade e qualidade, estabelecidos pela legislação vigente, se possuem registro, composição impressa e se estão dentro do período de validade;
- VII) Manter, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na aquisição, que possa comprometer a continuidade do fornecimento, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado;
- VIII) Obedecer rigorosamente aos prazos de fornecimento previstos;
- IX) Trocar às suas expensas, todos os materiais comprovadamente entregues de forma inadequada, a critério da fiscalização do **MUNICÍPIO**;
- X) Suportar todas as despesas com deslocamento, encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas, além de quaisquer outras que se fizerem necessários ao cumprimento da presente aquisição;
- XI) Assumir a responsabilidade, presente e futura, de qualquer compromisso ou ônus decorrentes do inadimplemento relativos as obrigações aqui assumidas, ficando essas ao seu encargo, exclusivamente, em qualquer momento que vierem a ocorrer;
- XII) Responsabilizar-se pelos danos que causar ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução;
- XIII) Permitir que os materiais entregues sejam fiscalizados no ato de sua entrega.
- XIV) Constatado dano a bens do **MUNICÍPIO** ou sob a sua responsabilidade ou, ainda, a bens de terceiros, o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, de pronto deverá repará-los, e se assim não o fizer, o **MUNICÍPIO** lançará mão dos créditos do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, para ressarcir os prejuízos de quem de direito.
- XV) O **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** não poderá contratar, durante a vigência do ata, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **MUNICÍPIO** ou do fiscal ou gestor da ata, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.
- XVI) Atender, através de seus responsáveis técnicos e/ou administrativos, conforme o caso, eventuais convocações do **MUNICÍPIO**, bem como as determinações regulares emitidas pelo fiscal da ata ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- XVII) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- XVIII) Cumprir, durante todo o período de execução da ata, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021);
- XIX) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

14.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, são obrigações do **MUNICÍPIO**:

I) Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, em conformidade com Autorização de Fornecimento, sendo que o pagamento da Nota Fiscal fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento dos materiais e os procedimentos burocráticos;

II) Fornecer a qualquer tempo e com presteza, mediante solicitação da empresa proponente vencedora do certame, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos;

III) Fiscalizar rigorosamente, através do fiscal de contrato designado, se os materiais obedecem às condições exigidas no certame, inclusive;

IV) Notificar o **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;

V) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento;

VI) Comunicar ao **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre os materiais, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

VII) Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e repactuação de preços feitos pelo **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** no prazo máximo de 01 (um) mês para decidir, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período;

VIII) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo máximo de 1 (um) mês para decidir, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

14.2.1. O **MUNICÍPIO** não assumirá em nenhuma hipótese, a responsabilidade, presente ou futura, de qualquer compromisso ou ônus decorrentes do inadimplemento da empresa vencedora da presente contratação, relativos às obrigações aqui assumidas, ficando essas a seu encargo, exclusivamente, em qualquer momento que vierem a ocorrer.

15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

15.1. A fiscalização de todas as fases, será feita pelo **MUNICÍPIO**, por intermédio do Gestor Fiscal do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, com autoridade para exercer em nome do **MUNICÍPIO**, a fiscalização dos materiais contratados e toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização, obrigando-se ao **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** a facilitar, de modo amplo e completo, a ação do fiscal.

15.2. O gestor/fiscal deverá fiscalizar e acompanhar a execução da referida contratação, com poderes amplos e irrestritos, bem como propor penalidades e analisar documentos.

15.3. A fiscalização será exercida no interesse do **MUNICÍPIO**, e não exclui e nem reduz a responsabilidade do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, inclusive perante terceiros, por



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

15.4. A Fiscalização poderá determinar, a ônus do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, a substituição dos materiais julgados deficientes ou não-conformes com as especificações definidas, cabendo ao **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo definido pela fiscalização, sem direito à extensão do prazo final de fornecimento.

15.5. Caso o Secretário Municipal Requerente não designe nenhum servidor para acompanhar o fornecimento e fiscalização, o mesmo assumirá tal responsabilidade.

15.6. O **MUNICÍPIO**, através do fiscal do contrato comunicará ao **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**, por escrito, as deficiências porventura verificadas no fornecimento, para imediata correção.

15.7. A presença da fiscalização do **MUNICÍPIO**, não elide nem diminui a responsabilidade do **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR**.

15.8. O Gestor/Fiscal da ARP indicado anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

15.9. O **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** é obrigado a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

15.10. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor/Fiscal do Contrato deverão ser solicitadas ao Secretário Municipal Requisitante do **MUNICÍPIO**, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 – Esta Ata de Registro de Preços fica vinculada aos termos do(s) processo(s) administrativo(s) nº 2026-PLVL2 cuja realização decorre da autorização do Prefeito Municipal de Itaguaçu/ES, e ainda constituem parte integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos:

a) Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores;

b) Instrução Normativa nº 02/2024 que dispõe sobre o procedimento auxiliar de sistema de registro de preço - SRP no âmbito do Poder Executivo Municipal de Itaguaçu/ES, e;

c) Pregão Eletrônico nº 011/2026 - SRP e seus anexos.

16.2. Os casos e situações omissas serão resolvidos de comum acordo respeitado as disposições da Legislação constante do preâmbulo deste instrumento, regulado pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e disposições de direito privado, na forma preconizada pela Lei Federal nº 14.133/21.

16.3. O **COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR** reconhece os direitos do **MUNICÍPIO**, em caso de rescisão administrativa prevista na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

16.4. Todas as comunicações relativas a presente ata de registro de preços serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas por e-mail oficial ou envio via correio por carta registrada, no endereço constante do preâmbulo deste Instrumento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

16.5. Não será admitida a subcontratação do objeto desta Ata de Registro de Preços.

16.6. A presente Ata de Registro de Preços será publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/ES.

16.7. Fica eleito o Foro da Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, Comarca de Itaguaçu/ES, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem acordadas, declaram as partes aceitar todas as condições estabelecidas nas cláusulas da presente Ata de Registro de Preços, que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Itaguaçu/ES, ____ de ____ de 2026.

MUNICÍPIO:

MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU/ES
DARLY DETTMANN
PREFEITO MUNICIPAL

ÓRGÃO GERENCIADOR

COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR:

EMPRESA VENCEDORA
Sr(o)(a)

TESTEMUNHAS:

1.

2.

Nome:
CPF

Nome:
CPF:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

ANEXO I DA ARP Nº XX/20XX

DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S), DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS (ADJUDICATÁRIO DO CERTAME)

Fornecedor (razão social, CNPJ)								
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade máxima	Quantidade mínima	Valor unitário	Prazo de garantia ou validade



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

ANEXO II - DA ARP Nº XX/20XX

CADASTRO RESERVA

I) Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ, endereços, contatos, representante)								
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade máxima	Quantidade mínima	Valor unitário	Prazo de garantia ou validade

II – Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor (razão social, CNPJ, endereços, contatos, representante)								
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade máxima	Quantidade mínima	Valor unitário	Prazo de garantia ou validade

Nota Explicativa: Nos termos do art. 82, § 5º, VI da Lei nº 14.133/2021, é permitida a inclusão, inclusão, na ata de registro de preços, do licitante que aceitar cotar os bens ou serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação e inclusão do licitante que manter sua proposta original.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

ANEXO VI - MODELO DA MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº xxx/2026

“Termo de Contrato que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU – ES** e a empresa _____, na forma abaixo”:

Por este instrumento de contrato que entre si fazem, de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU/ES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Vicente Peixoto de Mello nº 08, Itaguaçu - ES, CNPJ nº 27.167.451/0001-74, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Srº. DARLY DETTMANN**, matrícula nº 228113, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede _____, representada neste ato pelo seu representante legal, o Sr. _____, CPF nº _____, residente e domiciliado a _____, doravante denominado **CONTRATADA**, de acordo com as normas contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, alterações posteriores, Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, e o que consta no Processo Administrativo nº 2026-PLVL2, Pregão Eletrônico nº 011/2026 - SRP, tem justo e contratado o que consta das Cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO

1.1. Constitui objeto do presente instrumento o registro de preços para a aquisição de materiais de limpeza e produção de higienização, materiais de copa e cozinha, materiais de acondicionamento e embalagem, e outros materiais de consumo para uso das Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito, seus anexos e a proposta apresentada.

1.2. Este contrato fica vinculado aos termos do processo administrativo nº 2026-PLVL2 cuja realização decorre da autorização do Prefeito Municipal de Itaguaçu/ES, e ainda constituem parte integrantes deste instrumento como se nele estivessem transcritos, independentemente de transcrição:

- a. O Edital do Pregão Eletrônico nº 011/2026 e todos os anexos;
- b. A Proposta Comercial da **CONTRATADA**;

1.2.1. Os documentos referidos no item anterior são considerados suficientes para, em complemento a este contrato, definirem a sua extensão e, dessa forma, regerem a execução adequada deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

2.1. Os casos e situações omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE** e de comum acordo entre as partes, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis à matéria, e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos Contratos e disposições de direito privado, na forma preconizada pelo art. 89 combinado com o inciso III, do art. 92, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1. O presente instrumento terá vigência até --/--/----, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante termo aditivo, sendo observado o art. 105 da mesma Lei, se houver interesse das partes.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

CLÁUSULA QUARTA: DO FORNECIMENTO E GARANTIA PELO FORNECIMENTO

4.1. DO FORNECIMENTO

4.1.1. O objeto da presente contratação será entregue **parceladamente de acordo com a solicitação**, feita por meio de Autorização de Fornecimento (AF), expedida pela secretaria solicitante, informando a quantidade do objeto a ser entregue, tendo este o descritivo do mesmo descrito no contrato, obrigando-se a proponente a substituir quando não atender as características e vier a ser recusado.

4.1.2. O recebimento dar-se-á mediante apresentação das Notas Fiscais de Venda no local da entrega especificado abaixo, dos materiais solicitados pelas Secretarias Municipais, de acordo com as necessidades das Secretarias requerentes, conforme contratação a ser realizada.

a) Para os itens solicitados pelas Secretarias de Administração, Assistência Social, Finanças, Agricultura e Meio Ambiente, Interior e Transportes, Educação e Cultura, Esportes e Turismo e Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano a entrega será efetivada no **Almoxarifado Municipal**, localizado na Rua Neuza Maciel da Silva, N° 212, Centro de Itaguaçu (sentido ao bairro Cohab – Otto Luiz Hoffmann), Tel (27) 3191-1022 Ramal 3024, no horário de 7:30 às 11:00 e 12:30 às 16:00 horas de segunda-feira à quinta-feira, diante de servidor responsável.

b) Para os itens solicitados pela Secretaria Municipal de Saúde deverão ser entregues diretamente no **Almoxarifado da Saúde** localizado na Unidade Municipal de Urgência e Emergência Nossa Senhora da Boa Família, situado na Alameda Mateus Antônio Prederigo, 01 – Centro, Itaguaçu, telefone 27 3191-1022 ramal 3061, no horário de 07h00min as 16h00min, de segunda-feira à quinta-feira, diante de servidor responsável.

4.1.3. Os produtos a serem adquiridos deverão seguir as especificações técnicas, modelos e quantidades descritas nos pedidos de compras anexos, efetuados pelas Secretarias Municipais e Fundo Municipal de Saúde.

4.1.4. Não serão aceitas variações nas medidas, modelos dos produtos especificados no pedido de compras.

4.1.5. Os produtos devem ser:

- a) de excelente qualidade e acabamento, sem falhas ou quaisquer outras avarias, obedecendo as especificações;
- b) de alta resistência e de modo a proporcionar segurança ao usuário;
- c) entregues obedecendo rigorosamente as cláusulas do Edital e seus anexos;
- d) entregues em perfeitas condições de armazenagem e em perfeitas condições de uso;

4.1.6. A **CONTRATADA** deverá assegurar o pleno cumprimento das obrigações no prazo estipulado, na quantidade e qualidade dos produtos especificados e contidos nesta ata.

4.2. DA GARANTIA PELO FORNECIMENTO

4.2.1. A **CONTRATADA** deverá garantir pelo prazo descrito nesta ata o fornecimento dos materiais conforme pactuado.

4.2.2. Durante o prazo de garantia dos materiais a **CONTRATADA** fica obrigado a substituir os mesmos sempre que houver vício, no prazo 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da notificação do problema, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

4.2.3. A garantia aqui requerida não trará prejuízo a eventuais garantias adicionais fornecidas pela **CONTRATADA**.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, em atendimento ao seu art. 89, §2º, são obrigações da **CONTRATADA**:

I) Cumprir fielmente, os compromissos avençados de forma que a entrega dos produtos seja efetuada com pontualidade, dentro do prazo estipulado, bem como seja feita com esmero e perfeição e devendo ainda solucionar os problemas que porventura venham a surgir.

II) Comunicar imediatamente e por escrito pelo MUNICÍPIO, através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

III) Atender com prontidão as reclamações por parte do recebedor dos produtos, objeto da presente aquisição.

IV) Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente aquisição;

V) O envio adequado do objeto, responsabilizando-se pelas deteriorações ocorridas decorrentes de más condições de acondicionamento ou transporte dos mesmos.

VI) Verificar se o objeto disponibilizado atende as normas de padrão de identidade e qualidade, estabelecidos pela legislação vigente, se possuem registro, composição impressa e se estão dentro do período de validade.

VII) Manter, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na aquisição, que possa comprometer a continuidade do fornecimento, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.

VIII) Obedecer rigorosamente aos prazos de fornecimento previstos.

IX) Trocar às suas expensas, todos os serviços comprovadamente entregues de forma inadequada, a critério da fiscalização do **CONTRATANTE**.

X) Suportar todas as despesas com deslocamento, encargos fiscais, previdenciários e trabalhistas, além de quaisquer outras que se fizerem necessários ao cumprimento da presente aquisição.

XI) Assumir a responsabilidade, presente e futura, de qualquer compromisso ou ônus decorrentes do inadimplemento relativos as obrigações aqui assumidas, ficando essas ao seu encargo, exclusivamente, em qualquer momento que vierem a ocorrer.

XII) Responsabilizar-se pelos danos que causar ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução.

XIII) Permitir que os materiais entregues sejam fiscalizados no ato de sua entrega.

XIV) Constatado dano a bens do **CONTRATANTE** ou sob a sua responsabilidade ou, ainda, a bens de terceiros, a **CONTRATADA**, de pronto deverá repará-los, e se assim não o fizer, o **CONTRATANTE** lançará mão dos créditos da **CONTRATADA**, para ressarcir os prejuízos de quem de direito.

XV) A **CONTRATADA** não poderá contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

XVI) Atender, através de seus responsáveis técnicos e/ou administrativos, conforme o caso, eventuais convocações do **CONTRATANTE**, bem como as determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

XVII) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei Federal nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

XVIII) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei Federal nº 14.133/2021).

XIX) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

6.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133/2021, são obrigações do **CONTRATANTE**:

I. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a **CONTRATADA**, em conformidade com Autorização de Fornecimento, sendo que o pagamento da Nota Fiscal fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento dos materiais e os procedimentos burocráticos.

II. Fornecer a qualquer tempo e com presteza, mediante solicitação das empresas proponentes vencedoras do certame, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos;

III. Fiscalizar rigorosamente, através do fiscal de contrato designado, se os materiais fornecidos obedece às condições exigidas no certame, inclusive.

IV. Notificar a **CONTRATADA** por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

V. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

VI) Comunicar a **CONTRATADA** para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

VII) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e repactuação de preços feitos pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 1 (um) mês para decidir, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período.

VIII) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo máximo de 1 (um) mês para decidir, a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período;

6.1.1. O **CONTRATANTE** não assumirá em nenhuma hipótese, a responsabilidade, presente ou futura, de qualquer compromisso ou ônus decorrentes do inadimplemento das empresas vencedoras da presente aquisição relativos às obrigações aqui assumidas, ficando essas a seu encargo, exclusivamente, em qualquer momento que vierem a ocorrer.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

7.1. A fiscalização de todas as fases, será feita pelo **CONTRATANTE**, por intermédio do Gestor Fiscal do Contrato, de acordo com o estabelecido no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, com autoridade para exercer em nome do **CONTRATANTE**, a fiscalização do serviço contratado e toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização, obrigando-se a **CONTRATADA** a facilitar, de modo amplo e completo, a ação do fiscal.

7.2. O gestor/fiscal deverá fiscalizar e acompanhar a execução da referida contratação, com poderes amplos e irrestritos, bem como propor penalidades e analisar documentos.

7.3. A fiscalização será exercida no interesse do **CONTRATANTE**, e não exclui e nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

7.4. A Fiscalização poderá determinar, a ônus da **CONTRATADA**, a substituição dos serviços julgados deficientes ou não-conformes com as especificações definidas, cabendo a **CONTRATADA**, providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo definido pela fiscalização, sem direito à extensão do prazo final de fornecimento.

7.5. Caso o Secretário Municipal Requerente não designe nenhum servidor para acompanhar o fornecimento e fiscalização, o mesmo assumirá tal responsabilidade.

7.6. O **CONTRATANTE**, através do fiscal do contrato comunicará a **CONTRATADA**, por escrito, as deficiências porventura verificadas no fornecimento, para imediata correção.

7.7. A presença da fiscalização do **CONTRATANTE**, não elide nem diminui a responsabilidade da **CONTRATADA**.

7.8. O Gestor/Fiscal da ARP indicado anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.9. A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

7.10. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Gestor/Fiscal do Contrato deverão ser solicitadas ao Secretário Municipal requisitante do **CONTRATANTE**, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA OITAVA: DA GESTÃO DO CONTRATO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O **CONTRATANTE** poderá convocar representante da **CONTRATADA** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o **CONTRATANTE** poderá convocar o representante da **CONTRATADA** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da **CONTRATADA**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

8.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.12. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes.

8.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

8.15. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

8.17. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.18. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

CLÁUSULA NONA: DO PREÇO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. DO PREÇO

9.1.1. Pela execução da prestação de serviços aqui ajustada, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância global estimada de R\$ _____ (valor por extenso), a depender da efetiva concretização dos serviços.

9.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;

9.2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.2.1. As despesas para atender a este contrato estão programadas em dotação própria da Secretaria Municipal, nas classificações apresentadas abaixo:

020 - Secretaria Municipal de Administração

001 - Secretaria Municipal De Administracao

020001.0412200022.008 - Manutenção Das Atividades Da Secretaria De Administração

33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

Ficha: 050

Fonte: 1500000000000

9.2.2. A indicação de uma nova dotação orçamentária, caso se faça necessária, dispensa a celebração de termo aditivo, podendo ser formalizada por ato da autoridade competente do **CONTRATANTE**, mediante nova declaração de disponibilidade orçamentária, juntada aos autos do processo relativo ao presente contrato via apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

10.1. O faturamento do(s) materiais ocorrerá (ão) no ato da entrega do(s) mesmo(s), conforme a Autorização de Fornecimento e nota de empenho, mediante apresentação do(s) documento(s) fiscal(is) hábil(eis) de fornecimento, sem emendas ou rasuras, e dos documentos de regularidade fiscal exigidos pelo art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

10.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento.

10.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a **CONTRATADA** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**.

10.4. Os documentos fiscais, depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento após o recebimento dos mesmos.

10.5. Constatando-se, junto ao SICAF ou cadastro próprio do Município, a situação de irregularidade da **CONTRATADA**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

10.5.1. Persistindo a irregularidade, o **MUNICÍPIO** deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a **CONTRATADA** a ampla defesa.

10.6. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a **CONTRATADA** não regularize sua situação junto ao SICAF ou cadastro próprio do Município.

10.7. O pagamento dar-se-á à vista até o 30º (trigésimo) dia corrido, contados da finalização da liquidação da despesa, em favor da **CONTRATADA**, mediante ordem bancária em conta corrente em nome do mesmo, desde que não haja fator impeditivo provocado pela **CONTRATADA**.

10.8. Após o prazo acima referenciado será paga multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = \frac{VF \times 0,067 \times ND}{100}$$

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

ND = Número de dias em atraso

10.8.1. Incumbirá a **CONTRATADA** a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada fatura devida, a ser revisto e aprovado pelo **CONTRATANTE**, juntando-se à respectiva discriminação do fornecimento efetuado, e o memorial de cálculo da fatura.

10.9. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que gere direito de acréscimos de qualquer natureza.

10.10. Serão retidos na fonte, os tributos e contribuições sobre os pagamentos mensalmente efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para cada tipo de material **CONTRATADA**, exceto se a **CONTRATADA** for optante do SIMPLES NACIONAL, que obedecer a legislação específica.

10.10.1. A **CONTRATADA** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.11. Fica a **CONTRATADA** obrigada a informar qualquer alteração de sua condição de optante pelo SIMPLES NACIONAL, sob pena de aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO REAJUSTE

11.1. Os preços poderão registrados poderão ser alterados ou atualizados nos termos do Decreto nº 11.150/2024.

11.2. O contrato poderá ser revisto, de modo a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do ajuste nos termos do artigo 124, II, alínea “d” da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo que a recomposição será precedida de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

11.3. Caso o contrato seja renovado, o valor da contratação poderá ser reajustado, desde que seja observado o interregno de 12 (doze) meses contado a partir da data de sua assinatura, para o primeiro reajuste, tendo como base, os índices previstos e acumulados no período anual do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.4. Em caso de falta desse índice, o reajustamento do valor terá por base a média da variação dos índices inflacionários do ano corrente ao ato da execução da prestação do serviço, até o primeiro dia anterior ao pagamento de todos os valores devidos.

11.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

11.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento, com fundamento no artigo 136, inc. I da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS ADITAMENTOS

12.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 104 c/c o artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.2. A **CONTRATADA** é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia análise da Procuradoria jurídica do **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua extinção com as consequências contratuais e as previstas em lei, com fulcro no Título III, Capítulo VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, nos seguintes modos:

I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

13.2. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações dispostas no art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3. O descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, de suas obrigações legais e/ou contratuais assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de extinguir o contrato a qualquer tempo, independentemente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

13.4. A extinção por ato unilateral do **CONTRATANTE** sujeitará a **CONTRATADA** à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.

13.5. Caso o valor do prejuízo do **CONTRATANTE** advindo da extinção contratual por culpa da **CONTRATADA** exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

13.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

13.7. Na hipótese de se concretizar a rescisão contratual, poderá o **CONTRATANTE** adquirir o objeto do fornecimento das licitantes classificadas em colocação subsequente ou efetuar nova licitação.

13.8. Nos casos de inexecução total ou parcial do contrato, os quais enseja a extinção administrativa do contrato, a **CONTRATADA** reconhece os direitos do CONTRATANTE, nos termos do art. 115 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS SANÇÕES E PENALIDADES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021, A **CONTRATADA** que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- m) praticar demais atos não previstos no presente tópico, mas apurados na execução do contrato.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 14.1, as seguintes sanções e penalidades:

- a) **Advertência**: quanto a **CONTRATADA** der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §2º, da NLLC;
- b) **Impedimento de licitar e contratar**: quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem 14.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §4º, da NLLC;
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**: quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem 14.1, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §5º, da NLLC;
- d) **Multa**:

I - Moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

II - Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

14.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à **CONTRATANTE**, consoante o disposto no art. 156, §9º, da NLLC.

14.4. Todas as sanções previstas neste tópico poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, consoante o disposto no art. 156, §7º, da NLLC.

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157, da NLLC.

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** a **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme o disposto no art. 156, §8º, da NLLC.

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a **CONTRATADA**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 159.

14.8. A personalidade jurídica da **CONTRATADA** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a **CONTRATADA**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, consoante o disposto no art. 160, da NLLC.

14.9. O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme disposição do art. 161, da NLLC.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DOS RECURSOS

15.1. Os recursos e os pedidos de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 165, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

16.1 - Representará a **CONTRATADA** na execução do ajuste, como preposto, (nome completo, nacionalidade, profissão e condição jurídica do representante da empresa).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei Federal nº 13.709/18).

17.2. O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei Federal nº 13.709/18, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

17.3. A **CONTRATADA** se obriga ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

17.4. A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da contratação especificados no instrumento contratual.

17.5. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria contratação, esta será realizada após prévia aprovação do **CONTRATANTE**, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

17.6. A **CONTRATADA** se obriga a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou o **CONTRATANTE** está exposto.

17.7. A **CONTRATADA** deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

17.8. A **CONTRATADA** deverá permitir a realização de auditorias do **CONTRATANTE** e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

17.9. A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **CONTRATANTE**, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

17.10. A **CONTRATADA** se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição ao **CONTRATANTE**, mediante solicitação.

17.11. A **CONTRATADA** deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do **CONTRATANTE**, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

17.12. A **CONTRATADA** não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

17.13. Caso autorizada transmissão de dados pela **CONTRATADA** a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

17.14. A **CONTRATADA** deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

17.15. A **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente e de imediato ao **CONTRATANTE** a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

17.16. A comunicação acima mencionada não eximirá a **CONTRATADA** das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

17.17. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a **CONTRATADA** interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo **CONTRATANTE** e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a **CONTRATADA** tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

17.18. A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional, decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pelo **CONTRATANTE** para as finalidades pretendidas neste contrato.

17.19. A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pelo **CONTRATANTE**.

17.19.1 Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguaçu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

18.1. Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, os quais a **CONTRATADA** se obriga a saldar na época devida.

18.2. É assegurada ao **CONTRATANTE** a faculdade de exigir da **CONTRATADA**, a qualquer tempo, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não será admitida, a qualquer título, a subcontratação de terceiros pela **CONTRATADA**, sem expressa anuência do Município de Itaguaçu - ES.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

20.1. A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a execução deste contrato, todas as condições exigidas para a habilitação no certame do Pregão Eletrônico nº xx/2024, tudo em compatibilidade com as obrigações assumidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

21.1. A verificação dos serviços e sua execução em conformidade com o presente contrato será atribuição do **CONTRATANTE**, através das Secretarias Municipais.

21.2. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE DO CONTRATO

22.1. Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como na Imprensa Oficial do Município (Lei Municipal nº 1.719/2019).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

23.1. Para dirimir as questões oriundas deste contrato e que não possam ser resolvidas por meios administrativos será competente o foro da Comarca de Itaguaçu - ES, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Itaguaçu/ES, de..... de 2026.

CONTRATANTE: _____

MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU/ES
DARLY DETTMANN
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

CONTRATADA: _____

EMPRESA

NOME DO RESPONSÁVEL

RESPONSÁVEL LEGAL

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome:

CPF

2. _____

Nome:

CPF:



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITAGUAÇU

Estado do Espírito Santo

www.itaguacu.es.gov.br – itaguacu@itaguacu.es.gov.br

Rua Vicente Peixoto de Mello, nº. 08 – Centro – Itaguacu (ES) – CEP 29690-000

Tel: (27) 3191-1022

ANEXO I DO CONTRATO Nº XX/202X

OBS: NO CONTRATO, CONSTARÃO DESTE ANEXO O DEMONSTRATIVO DE CUSTOS CONTENDO OS ITENS QUE A CONTRATADA EFETIVAMENTE FOI SAGRADA VENCEDORA NO CERTAME.

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

TATIANE VALADÃO RAASCH

EQUIPE DE APOIO

NULIC - SEMAD - PMITAG

assinado em 19/06/2026 13:12:21 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 19/06/2026 13:12:21 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por TATIANE VALADÃO RAASCH (EQUIPE DE APOIO - NULIC - SEMAD - PMITAG)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-VR8LJN>